ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
01
FOLHAS

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 010/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL **(LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME)**

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
02
FOLHAS

DFD - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

Ao Exmº. Senhor;
ELIAQUIM FERREIRA MENDONÇA;
Vereador Presidente da Câmara Municipal;
Campos Lindos - TO.

ASSUNTO: Autorização para a contratação de empresa para a execução da prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

Exmº. Senhor Vereador Presidente;

1. Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos solicitar autorização para a abertura de procedimento de dispensa de licitação, objetivando a contratação de empresa para a execução da prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

2. Em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 que trata das licitações e contratos no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, segue em anexo, Documento de Formalização de Demanda - DFD, contendo as diretrizes, iniciais quanto ao pleno atendimento as necessidades que se apresentam.

Respeitosamente,

LEONILIO SOARES GIL NETO
Secretário Administrativo

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
03
FOLHAS

DFD - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

DADOS DO SETOR REQUISITANTE	
Setor Requisitante	Secretaria Administrativa
Servidor responsável pela Demanda	Leonilio Soares Gil Neto
Cargo do responsável pela Demanda	Secretário Administrativo
Telefone do responsável pela Demanda	(63) 98403-8851

OBJETO: Contratação de empresa para a execução da prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

DADOS DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS
1. Justificativa da necessidade da contratação da prestação dos serviços, considerando o Planejamento Estratégico.
- Esta contratação se faz necessária devido a execução do plano de desenvolvimento de nosso deste Poder Legislativo Municipal, para o bom andamento dos serviços essenciais da administração pública, no intuito de manter as atividades pertinentes às mesmas que dependem do objeto licitado para que possa ser executados de maneira mais eficaz e objetiva, buscando atender as exigência da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e demais leis Federais que regem a administração pública, como pela necessidade do gestor em obter informações e soluções quando se refere ao setor público no processo gerador de informações e demais áreas, direcionadas ao controle patrimonial de entidades do setor público e a instrumentalização do controle Social o que comprova a importância das contratações, sendo que o principal objetivo da elaboração do plano de contratação anual - PCA é permitir que as aquisições e contratações ocorram de forma programada, racional e transparente, evitando improvisos e garantindo a adequada alocação dos recursos orçamentários, sendo que este plano, buscou-se não apenas estimar quantitativos e valores, mas também estabelecer critérios objetivos que permitam a revisão e o aperfeiçoamento contínuo do processo de contratação, em consonância com os cinco princípios fundamentais da Administração Pública brasileira, estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, visando a ética, transparência e o interesse coletivo e garantindo contratações eficientes. - O planejamento prévio, além de obrigatório, fortalece o controle interno e externo, facilita a fiscalização pelos órgãos de controle e pela sociedade e assegura que as aquisições estejam direcionadas ao atendimento das reais necessidades institucionais, sendo que o plano de contratações anual atende ao disposto no que trata o artigo 12, inciso VII da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no qual deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e será observado pelo ente federativo na realização de licitações e na execução dos contratos sendo que o plano de contratações anual é instrumento indispensável ao planejamento das contratações da Administração, planejamento este, aliás, que foi elevado

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
04
FOLHAS

a princípio pela nova Lei de Licitações e Contratações, uma vez que consolida as contratações pretendidas ao longo do período e com isso proporciona a melhor racionalização dos recursos a serem empregados, indo ao encontro dos princípios da eficácia e da economicidade, que igualmente submetem aqueles que utilizam verbas públicas.

- O presente documento apresenta informações e justificativas que compõem os Estudos Preliminares (EP) e parte do Termo de Referência (TR), as quais deverão subsidiar a elaboração da minuta de termo contratual pela unidade competente. Além disso, são apresentadas, também, as justificativas para os aspectos mais relevantes da contratação, para fins de motivação das decisões adotadas.

- Assim, diante do caso em tela, justifica-se a escolha da modalidade de dispensa de licitação, em razão do valor estimado para a prestação do serviço, estando em consonância com os demais princípios aplicáveis à Administração, tais como economicidade, a eficiência, a proporcionalidade e a razoabilidade, sem retirar o dever selecionar a melhor proposta, sendo que o procedimento permite que a Administração adquira os serviços em consonância com o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e de acordo com as demandas da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.

2. Descrição dos Serviços a serem contratados

Item	Descrição do Serviço	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
01	Contratação de empresa para a execução da prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.	01	Serv.	13.000,00	13.000,00
				Valor Global .....R$:	**13.000,00**

3. Previsão de data em que deve ser iniciado a prestação dos serviços.

- A previsão da prestação dos serviços será a partir da assinatura do contrato até a data de 31 de Dezembro de 2026, sendo que o prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o CONTRATANTE.

4. Da Dotação Orçamentária

- A despesa decorrente do objeto desta dispensa de licitação correrá à conta de recursos do orçamento da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, onde a dotação orçamentária, fontes e elemento de despesa, as quais serão verificados os seus saldos e empenhadas, no momento da prestação dos serviços conforme tabele abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	ELEMENTO DE DESPESA	NOMECLATURA
01.031.0001.2-004	3.3.90.39.00.00	Manutenção do Administrativo da Câmara

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
05
FOLHAS

FONTE DE RECURSOS	1.500.0000.000.000 - Recurso Próprio

5 Da Classificação dos Serviços

- A contratação de empresa para executar a prestação de serviço na elaboração do plano de contratação anual - PCA, se enquadra como serviço comum, sendo caracterizada por uma prestação não continuada, ou seja, eventual, cabendo assim a modalidade de dispensa de licitação de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, ou seja, sob medida, são comuns no mercado, podendo ser eles descritos por características técnicas objetivas e usuais de mercado.

INDICAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Membros da Equipe de Planejamento	Cargos / Função
Ver. Eliaquim Ferreira Mendonça	Vereador Presidente
Leonilio Soares Gil Neto	Secretário Administrativo
Mariely Alves da Silva	Fiscal de Contrato
Amanda Alves Arruda	Controle Interno
Ver. Clailton Soares Machado	Agente de Contratação
Verª. Isalene Ramos Torres	Membro
Ver. Ideunires Ramos Cruz	Membro
Cleuzivan Fernandes da Rocha	Contador

Declaro ter tomado ciência de que caberá à equipe de planejamento a elaboração dos estudos preliminares e o gerenciamento de riscos para a contratação da prestação dos serviços discriminados neste documento.

Ao ordenador de despesas, solicitando autorização para contratação bem como emissão da portaria de designação de equipe de planejamento.

Campos Lindos - TO, aos 27 dias do mês de Março de 2026.

LEONILIO SOARES GIL NETO
Secretário Administrativo

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
06
FOLHAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

ÓRGÃO:
- Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.

Membros da Equipe de Planejamento	Cargos / Função
Ver. Eliaquim Ferreira Mendonça	Vereador Presidente
Leonilio Soares Gil Neto	Secretário Administrativo
Mariely Alves da Silva	Fiscal de Contrato
Amanda Alves Arruda	Controle Interno
Ver. Clailton Soares Machado	Agente de Contratação
Verª. Isalene Ramos Torres	Membro
Ver. Ideunires Ramos Cruz	Membro
Cleuzivan Fernandes da Rocha	Contador

OBJETO: Contratação de empresa para a execução da prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

01 - INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 A elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui uma das etapas do planejamento de uma contratação e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação, bem como o tratamento de seu impacto e embasar o Termo de Referência ou Projeto Básico, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável.

1.2 Este estudo serve essencialmente para a contratação de empresa para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal de Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente, no qual serão prestados os serviços nas condições aqui estabelecidas.

1.3 O presente documento apresenta informações e justificativas que compõem os Estudos Preliminares (EP) e parte do Termo de Referência (TR), as quais deverão subsidiar a elaboração da minuta de termo contratual pela unidade competente. Além disso, são apresentadas, também, as justificativas para os aspectos mais relevantes da contratação, para fins de motivação das decisões adotadas.

02 - NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Esta contratação se faz necessária devido a execução do plano de desenvolvimento de nosso deste Poder Legislativo Municipal, para o bom andamento dos serviços essenciais da administração pública, no intuito de manter as atividades pertinentes às mesmas que dependem do objeto licitado para que possa ser executados de maneira mais eficaz e objetiva, buscando atender as exigência da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Tribunal de Contas do

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
07
FOLHAS

Estado do Tocantins e demais leis Federais que regem a administração pública, como pela necessidade do gestor em obter informações e soluções quando se refere ao setor público no processo gerador de informações e demais áreas, direcionadas ao controle patrimonial de entidades do setor público e a instrumentalização do controle Social o que comprova a importância das contratações, sendo que o principal objetivo da elaboração do plano de contratação anual - PCA é permitir que as aquisições e contratações ocorram de forma programada, racional e transparente, evitando improvisos e garantindo a adequada alocação dos recursos orçamentários, sendo que este plano, buscou-se não apenas estimar quantitativos e valores, mas também estabelecer critérios objetivos que permitam a revisão e o aperfeiçoamento contínuo do processo de contratação, em consonância com os cinco princípios fundamentais da Administração Pública brasileira, estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, visando a ética, transparência e o interesse coletivo e garantindo contratações eficientes.

2.2 O planejamento prévio, além de obrigatório, fortalece o controle interno e externo, facilita a fiscalização pelos órgãos de controle e pela sociedade e assegura que as aquisições estejam direcionadas ao atendimento das reais necessidades institucionais, sendo que o plano de contratações anual atende ao disposto no que trata o artigo 12, inciso VII da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no qual deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e será observado pelo ente federativo na realização de licitações e na execução dos contratos sendo que o plano de contratações anual é instrumento indispensável ao planejamento das contratações da Administração, planejamento este, aliás, que foi elevado a princípio pela nova Lei de Licitações e Contratações, uma vez que consolida as contratações pretendidas ao longo do período e com isso proporciona a melhor racionalização dos recursos a serem empregados, indo ao encontro dos princípios da eficácia e da economicidade, que igualmente submetem aqueles que utilizam verbas públicas.

2.3 O presente documento apresenta informações e justificativas que compõem os Estudos Preliminares (EP) e parte do Termo de Referência (TR), as quais deverão subsidiar a elaboração da minuta de termo contratual pela unidade competente. Além disso, são apresentadas, também, as justificativas para os aspectos mais relevantes da contratação, para fins de motivação das decisões adotadas.

2.4 Assim, diante do caso em tela, justifica-se a escolha da modalidade de dispensa de licitação, em razão do valor estimado para a prestação do serviço, estando em consonância com os demais princípios aplicáveis à Administração, tais como economicidade, a eficiência, a proporcionalidade e a razoabilidade, sem retirar o dever selecionar a melhor proposta, sendo que o procedimento permite que a Administração adquira os serviços em consonância com o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e de acordo com as demandas da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.

03 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A contratada deverá atender, incluindo os requisitos mínimos, de modo a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa mediante competição. Deve-se limitar àqueles requisitos indispensáveis ao atendimento à necessidade garantindo-se a contratação.

a) Critério: Contratação de empresa para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
08
FOLHAS

de Contas do Estado do Tocantins, se justifica em face ao interesse público de proceder-se, para atender e garantir o fluxo de trabalho, e a otimização dos serviços em prol do interesse público.

b) Requisitos Obrigacionais: Possuir capacidade técnica comprovada para prestação dos serviços a ser contratos, bem como tem disponibilidade para atender as solicitações nos prazos estipulados, aceitar o acompanhamento de servidor designado para a fiscalização dos serviços, bem como responsabilizar-se por todos os ônus referente a execução dos serviços e reparar ou indenizar, dentro do prazo estipulado pela autoridade competente, todas e quaisquer avarias ou danos causado aos bens do contratante, ou a terceiros decorrente de ação ou omissão de seus empregados.

c) Respeitar toda e qualquer lei, normas referentes a elaboração e execução do objeto de contrato.

d) Práticas de Sustentabilidade: Por se tratar de um serviço predominantemente intelectual, não verifica-se a ocorrência de impactos ambientais na presente contratação.

b) Metodologia de Análise: A análise será realizada pelo fiscal do contrato de acordo com as obrigações do contratante e contratada através de processo encaminhado para os superiores, caso ocorra incidência em maior potencial.

04 - PESQUISA DE MERCADO

4.1 Os preços de referências, foram baseados em pesquisas de preços de serviços compatível com o objeto pretendido, conforme tabela abaixo, visando estabelece o valor estimado ou máximo da contratação pretendida pelo Poder Legislativo Municipal, no qual busca atender ao princípio da economicidade no qual e obrigação legal estabelecida na Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, que regulamenta a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral na Administração Pública. Nessa pesquisa de mercado deve haver fidedignidade, ou seja, o valor estimado estabelecido necessita estar de acordo com a realidade de mercado.

ITENS	NOMES DAS EMPRESAS	CNPJ	VALOR TOTAL
01	**Luiz Carlos da Conceição - Me**	**40.307.945/0001-75**	**13.000,00**
02	MGM Consultoria e Assessoria Publica Ltda (Câmara Municipal de Paranã - TO) Fonte LCO (Site do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins)	27.203.617/0001-60	13.800,00
03	Barbara Roberta Castro Oliveira - Me (Câmara Municipal de Monte do Carmo - TO) Fonte LCO (Site do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins)	60.296.916/0001-62	26.000,00

05 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

5.1 A estimativa das quantidades dos serviços à serem contratados, levou em consideração a especificidade, complexidade e a necessidade existente, junto a Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.

06 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1 Os valores estimados e as quantidades dos serviços para a contratação, serão instruídos nos autos do Processo Administrativo Nº 030/2026, onde será apresentado o demonstrativo da pesquisa de mercado referente a prestação dos serviços à ser licitado, visando a contratação de

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
09
FOLHAS

empresa para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal de Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

6.2 Em pesquisa de preços, irá verificar o preço médio estimado cobrado no mercado para a prestação dos serviços.

6.3 Os valores cotados serão descritos no anexo deste instrumento.

Item	Descrição do Serviço	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
01	Contratação de empresa para a execução da prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.	01	Serv.	13.000,00	13.000,00
Valor Global .....R$:					**13.000,00**

6.4 Com vistas a subsidiar a aquisição do presente objeto, realizou-se pesquisa de preços, conforme artigo 23, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021.

> *Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos (Painel de Preços do Governo Federal) e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.*
>
> *§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:*
>
> *IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;*

6.5 Os licitantes, sob risco de responderem por superfaturamento em solidariedade com os agentes públicos, têm a obrigação de oferecer preços que reflitam os paradigmas de mercado, ainda que os valores fixados pela administração no orçamento-base do certame se situem além daquele patamar. (TCU - Acórdão1959/2017 Plenário).

6.6 A realização de pesquisa de preço, objetivando o comportamento de mercado, foi realizado pelo setor de compras e orçamentos da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
10
FOLHAS

07 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

7.1 A Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, buscou utilizar a centralização de contratação da prestação dos serviços da mesma natureza. Tal procedimento revela-se vantajoso e eficiente, gerando economicidade de processo tornando a contratação mais atrativa para o mercado, despertando, assim, maior interesse dos prestadores de serviços, mais para ter mais eficácia nas contratações, a administração optou para realizar a contratação pela modalidade de dispensa de licitação, conforme preceitua o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, Há que considerar então, que os princípios da eficiência e economicidade tão cobrados na administração pública estariam sendo fielmente cumpridos, no qual verificou-se não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala. A contratação é tecnicamente viável e economicamente terá maior aproveitamento do mercado, privilegiando dessa forma os princípios da competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

08 - ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

8.1 Esta contratação se faz necessária devido a execução do plano de desenvolvimento de nosso deste Poder Legislativo Municipal, para o bom andamento dos serviços essenciais da administração pública, no intuito de manter as atividades pertinentes às mesmas que dependem do objeto licitado para que possa ser executados de maneira mais eficaz e objetiva, buscando atender as exigência da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e demais leis Federais que regem a administração pública, como pela necessidade do gestor em obter informações e soluções quando se refere ao setor público no processo gerador de informações e demais áreas, direcionadas ao controle patrimonial de entidades do setor público e a instrumentalização do controle Social o que comprova a importância das contratações, sendo que o principal objetivo da elaboração do plano de contratação anual - PCA é permitir que as aquisições e contratações ocorram de forma programada, racional e transparente, evitando improvisos e garantindo a adequada alocação dos recursos orçamentários, sendo que este plano, buscou-se não apenas estimar quantitativos e valores, mas também estabelecer critérios objetivos que permitam a revisão e o aperfeiçoamento contínuo do processo de contratação, em consonância com os cinco princípios fundamentais da Administração Pública brasileira, estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, visando a ética, transparência e o interesse coletivo e garantindo contratações eficientes.

8.2 O planejamento prévio, além de obrigatório, fortalece o controle interno e externo, facilita a fiscalização pelos órgãos de controle e pela sociedade e assegura que as aquisições estejam direcionadas ao atendimento das reais necessidades institucionais, sendo que o plano de contratações anual atende ao disposto no que trata o artigo 12, inciso VII da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no qual deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e será observado pelo ente federativo na realização de licitações e na execução dos contratos sendo que o plano de contratações anual é instrumento indispensável ao planejamento das contratações da Administração, planejamento este, aliás, que foi elevado a princípio pela nova Lei de Licitações e Contratações, uma vez que consolida as contratações pretendidas ao longo do período e com isso proporciona a melhor racionalização dos recursos a serem empregados, indo ao encontro dos princípios da eficácia e da economicidade, que igualmente submetem aqueles que utilizam verbas públicas.

8.3 O presente documento apresenta informações e justificativas que compõem os Estudos Preliminares (EP) e parte do Termo de Referência (TR), as quais deverão subsidiar a elaboração da minuta de termo contratual pela unidade competente. Além disso, são apresentadas, também,

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
11
FOLHAS

as justificativas para os aspectos mais relevantes da contratação, para fins de motivação das decisões adotadas.

8.4 Assim, diante do caso em tela, justifica-se a escolha da modalidade de dispensa de licitação, em razão do valor estimado para a prestação do serviço, estando em consonância com os demais princípios aplicáveis à Administração, tais como economicidade, a eficiência, a proporcionalidade e a razoabilidade, sem retirar o dever selecionar a melhor proposta, sendo que o procedimento permite que a Administração adquira os serviços em consonância com o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e de acordo com as demandas da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.

09 - DA LEGALIDADE E DA INSTITUCIONAL E LEGAL

9.1 Deverão, para a satisfação do procedimento licitatório em sua fase interna e externa, ser observados:

9.2 A licitação será promovida sob o prisma do artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, observando as regulamentações aplicáveis em âmbito Municipal, considerando a natureza do objeto e as condições da contratação;

9.3. Os serviços ora contratados, deverá obedecer ao disposto no artigo 75, inciso II, e artigo 95 § 2º da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$: 65.492,11 (Sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R$: 13.098,41 (Treze mil, noventa e oito reais e quarenta e um centavos).

10 - DURAÇÃO DO CONTRATO.

10.1 O prazo de vigência do contrato será a partir da assinatura do contrato até a data de 31 de Dezembro de 2026, valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, ainda, o prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 107 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, bem como poderá ser reajustado o preço conforme artigo e artigo 125 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o CONTRATANTE.

10.2 A adoção do prazo se justifica no fundamento da sustentabilidade da contratação, tendo vista que este se demonstra vantajoso para a administração, considerando a natureza e condições da solução adotada.

10.3 No que tange à sustentabilidade, interpretando-a como a manutenção do equilíbrio do ajuste e condições econômico-financeiras da contratação, tal decisão potencializa, também, o

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
12
FOLHAS

fortalecimento da gestão contratual, uma vez que é um prazo razoável e proporcional à solução adotada.

10.4 Por fim, a estipulação deste período se faz necessária por ser adequado à administração, uma vez que está alinhado às práticas atuais, canalizando-a à captação de índices de medição qualitativo e econômico-financeiros - produtos suficientes para a avaliação dos impactos benéficos e onerosos do ajuste.

11 - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO A SER CELEBRADO.

11.1 A fiscalização do contrato a ser celebrado com a Câmara Municipal ficara a cargo da Senhora Mariely Alves da Silva.

11.2 Para o exercício da função, o fiscal deverá receber cópias dos documentos essenciais da contratação pelo setor de contratos, a exemplo dos Estudos Preliminares, do ato convocatório e seus anexos, do contrato, da proposta da contratada, da garantia, quando houver, e demais documentos indispensáveis à fiscalização

11.3 A indicação do gestor, fiscal e seus substitutos caberá o Vereador Presidente da Câmara Municipal, de acordo com o funcionamento de seus processos de trabalho e sua estrutura organizacional.

11.4 Será facultada a contratação de terceiros para assistir ou subsidiar as atividades de fiscalização do representante da Administração, desde que justificada a necessidade de assistência especializada.

11.5 O gestor ou fiscal e seus substitutos deverão elaborar relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos serviços referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo.

12 - DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

12.1. Serão exigidas todas as documentações de regularidade jurídica e fiscal, solicitados pela Administração Pública em acordo com o artigo 62 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021, para sua admissibilidade e futura homologação, conforme especificado no Termo de Referência anexo ao processo.

13 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A despesa decorrente do objeto desta dispensa de licitação correrá à conta de recursos do orçamento da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, onde a dotação orçamentária, fontes e elemento de despesa, as quais serão verificados os seus saldos e empenhadas, no momento da prestação dos serviços conforme tabele abaixo:

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	ELEMENTO DE DESPESA	NOMECLATURA
01.031.0001.2.001	3.3.90.39.00.00	Manutenção do Administrativo da Câmara
FONTE DE RECURSOS		1.500.0000.000.000 - Recurso Próprio

14 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
13
FOLHAS

14.1 A contratação de empresa para executar a prestação de serviço na elaboração do plano de contratação anual - PCA, se enquadra como serviço comum, sendo caracterizada por uma prestação não continuada, ou seja, eventual, cabendo assim a modalidade de dispensa de licitação de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, ou seja, sob medida, são comuns no mercado, podendo ser eles descritos por características técnicas objetivas e usuais de mercado.

15 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

15.1 O CONTRATADO se compromete a executar para a CONTRATANTE a prestação dos serviços de acordo com a cláusula primeira e dentro das normas estabelecidas pela CONTRATANTE, em consonância com as exigências junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Tribunal de Contas da União, Lei de Licitações, Lei e Normas de Convênios, Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal, e ainda em todo e qualquer regulamento atinente ao objeto contratado, respondendo civil e criminalmente, por qualquer prejuízo que causa, em decorrência da má execução dos mesmos.

15.2 O CONTRATADO se compromete a acompanhar e fiscalizar a execução e a qualidade dos serviços a serem executados e dos materiais a serem empregado, comunicando possíveis irregularidades ao setor competente.

15.3 Fornecer, sempre que solicitado, documentos que comprovem a manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como os que comprovem a regularidade de situação de seus empregados.

15.4 Executar os serviços de acordo com as especificações e quantidades conforme solicitados neste estudo técnico preliminar.

15.5 Executar os serviços dentro do prazo estabelecido no presente Termo de Referência.

15.6 Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;

15.7 Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa da vencedora ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidas por força de Lei, ligados ao cumprimento da presente contratação.

15.8 Ser a única e exclusiva responsável pela mão de obra aplicada para execução do objeto contratual.

15.9 Manter, para fiel atendimento do objeto do presente termo de referência, em perfeito estado de funcionamento, manutenção e desempenho, os equipamentos utilizados na execução dos serviços, obedecendo todas as normas aplicáveis.

15.10 Prestar os serviços de forma adequada e segura, respeitando toda a legislação vigente incidente sobre o objeto do contrato, em especial.

15.11 Reparar ou refazer, sem qualquer ônus para a contratante, os serviços que, a critério da Câmara Municipal e orçamentos, não tenham sido bem executados ou que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
14
FOLHAS

15.12 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência e no edital.

15.13 Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente credenciamento, em especial encargo social, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

15.14 Responder diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

15.15 A inadimplência da contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

15.16 Se submeter às normas vigentes da Câmara Municipal, bem como outras que vierem a ser editadas, quanto ao fluxo de atendimento.

16 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

16.1 Caberá à contratante, às suas expensas, dentre outras obrigações legais e/ou constantes do presente termo de referência:

16.2 Efetuar o pagamento à vencedora até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após o recebimento do serviço, contra apresentação da Nota Fiscal/Fatura, mediante liberação pelo controle interno;

16.3 Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do contrato através de servidor designado para este fim.

16.4 Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto contratado;

16.5 Solicitar a reparação dos serviços que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita ou apresentar defeito ou falhas.

16.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

16.7 Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada os serviços;

16.8 Fiscalizar a entrega dos serviços, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste termo de referência e no edital.

16.9 Disponibilizar local para a prestação dos serviços e organização de todos os documentos físicos proeminentes de prestação de contas, relatórios e projetos desenvolvidos no âmbito da municipalidade.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
15
FOLHAS

16.10 As despesas com diárias de viagens quando a serviços fora do Município, abastecimentos, inscrições de cursos de capacitação e os materiais necessários para a execução da prestação dos serviços do presente contrato, correrão por conta da contratante.

17 - POSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

17.1 A possibilidade de subcontratação, será de acordo com o artigo 122 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021, no qual diz que o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

> § 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
>
> § 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.
>
> § 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

18 - DO PRAZO E DA CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1 Os pagamentos devidos, serão efetuados conforme a prestação dos serviços ou a disponibilidade financeira da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.

18.2 A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal com os serviços discriminados, após a solicitação de serviços emitida pela CONTRATANTE, ao gestor responsável pela área de operações da CONTRATANTE, pela prestação dos serviços.

18.3 A data da apresentação da nota fiscal/fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pela prestação dos serviços.

18.4 O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovada a cada vencimento.

18.5 O pagamento será efetuado em até 10 (Dez) dia úteis, a partir do atesto da nota fiscal pelo setor competente, no qual será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas, uma vez satisfeitas as condições previamente estabelecidas.

18.6. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

18.7 A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o atesto a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

18.8 A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
16
FOLHAS

Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

19 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, (inciso VII do § 1° do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21).

19.1 O presente estudo como já informado, refere-se à contratação de empresa para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

19.2 A solução que melhor atende às necessidades da Administração é contratação de empresa para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins através de dispensa de licitação. Em termos de justificativa econômica, a natureza do objeto a ser contratado é comum, pois, seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado, uma vez que a contratação irá atender as necessidades junto a Câmara Municipal, no qual se justifica para a implementação da solução completa de treinamento e reorganização do fluxo de trabalho interno para o Plano de Contratações Anual (PCA) reside na necessidade de modernizar e otimizar a gestão de contratações, garantindo a conformidade com a legislação e impulsionando a eficiência organizacional,

19.3 Pretende-se com este estudo técnico preliminar, compor processo de dispensa de licitação, para obter um mecanismo ágil e seguro para realização de futuras contratações, no qual a Câmara Municipal visa manter as atividades pertinentes às mesmas que dependem do objeto no qual é essencial para atender as demandas já existentes.

Solução 1: A proposta é a contratação de empresa para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal de Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente, visando cumprimento de sua missão institucional.

Solução 02: O processo licitatório é um método tradicional que envolve a concorrência pública para a aquisição de bens ou serviços. No contexto da prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, sendo que a realização de um processo licitatório implicaria na abertura de um edital, recebimento de propostas e seleção do vencedor com base em critérios previamente estabelecidos, causando morosidade no procedimento, retardando a contratação, implicando em prejuízo aos eventos ou aos serviços necessários para o bom andamento da administração pública.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
17
FOLHAS

19.4 Nesse sentido, após analisar-se aqui a descrição da necessidade das opções disponíveis, foi possível identificar a solução mais vantajosa tanto para a contratação inicial quanto para futuras manutenções, sendo que o processo de avaliação envolveu uma análise criteriosa de diversos aspectos, levando em consideração não apenas o custo inicial, mas também a qualidade, a confiabilidade e a eficiência a longo prazo, conforme manifestado pelas áreas requerentes no DFD - Documento de Formalização de Demandas, a descrição do requisitos técnicos inerentes à demanda e à contratação, a análises das soluções disponíveis no mercado para atendimento à demanda, e suas perspectivas positivas e negativas, depreende-se que a solução mais acessível e viável de ser operacionalizada na referida contratação.

19.5 A solução integral possibilita a detecção e remoção de obstáculos e ineficiências nos processos de recrutamento, diminuindo o prazo de execução e as despesas operacionais. Isso viabiliza um planejamento estratégico das contratações, aprimorando a utilização de recursos públicos e evitando desperdícios, para que possa dar orientação aos colaboradores para que possam adquirirem as competências e habilidades essenciais para conduzir as atividades de contratação e aquisição de maneira eficiente e eficaz, buscando sempre cumprir o que atende as exigências do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e demais leis Federais que regem a administração pública, atendendo sempre aos princípios da legalidade, publicidade e transparência.

20 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS: (inciso IX, do § 1°, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

20.1 Com a contratação de empresa para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, representa uma solução economicamente viável e vantajosa, primeiramente, a escolha dessa solução maximiza o custo-benefício, sendo que com a elaboração de um PCA detalhado e a implementação de processos de planejamento eficientes permitirão a otimização do uso de recursos públicos.

20.2 A administração pública busca alcançar resultados concretos e mensuráveis com a contratação de empresa para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, sendo que isso se traduz em uma maior transparência das contratações publicas, desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, no qual os benefícios da contratação ira produzir melhores resultados efetivos nas compras e contratações publicas, permitindo que as aquisições e contratações públicas ocorram de forma programada, racional e transparente, evitando improvisos e garantindo a adequada alocação dos recursos orçamentários, uma vez que consolida as contratações pretendidas ao longo do período e com isso proporciona a melhor racionalização dos recursos a serem empregados, indo ao encontro dos princípios da eficácia e da economicidade, que igualmente submetem aqueles que utilizam verbas públicas, observando-se sempre cumprir atender as exigências do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e demais leis Federais que regem a administração pública, atendendo sempre aos princípios da legalidade, publicidade e transparência.

21 - BENEFÍCIOS ESPERADOS

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
18
FOLHAS

21.1 Espera-se que a contratação:

a) Melhore a eficiência e previsibilidade das contratações do órgão;
b) Promova maior controle de gastos públicos;
c) Reduza riscos de contratações não planejadas;
d) Melhore o fluxo de compras e gere economia decorrente de agrupamento e racionalização;
e) Garanta maior conformidade legal e transparência.

22 - PROBLEMA A SER SOLUCIONADO

22.1 A contratação visa suprir lacunas técnicas e operacionais, garantindo que o Plano de Contratação Anual - PCA de 2027 seja produzido de forma qualificada e em conformidade com os marcos legais e metodológicos, melhorando a eficiência e previsibilidade das contratações do órgão, reduzindo riscos de aquisições e contratações não planejadas, melhorando o fluxo de compras e gerando economia decorrente de agrupamento e racionalização, garantindo maior conformidade legal e transparência nas compras públicas, atendendo sempre o que exige o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e demais leis Federais que regem a administração pública, atendendo sempre aos princípios da legalidade, publicidade e transparência.

23 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

23.1 Os estudos preliminares evidenciaram que a forma de contratação que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos em observância aos princípios da economicidade, eficácia e eficiência apresenta-se por meio de realização de dispensa de licitação e considerando a análise das alternativas de atendimento das necessidades elencadas pela área requisitante e os demais aspectos normativos, conclui pela viabilidade da contratação, uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

23.2 Diante do exposto, e considerando a necessidade operacional dos serviços com as características proposta, declaro ser viável a contratação pretendida com base neste estudo técnico preliminar.

LEONILIO SOARES GIL NETO
Secretário Administrativo

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
19
FOLHAS

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

FASE DA ANÁLISE - PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

RISCO 1: Evento(s) que levem ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato e terminem por implicar solução de continuidade na prestação dos serviços.

Probabilidade:
(X) Baixo ( ) Médio ( ) Alto
Impacto:
( ) Baixo (X) Médio ( ) Alto
Dano:
( ) Baixo (X) Médio ( ) Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco Ação: Contínua e apurada fiscalização na verificação da prestação dos serviços, afim de assegurar o cumprimento de todas as obrigações contratuais.
Responsável: Secretária Administrativa e Fiscal de Contatos.

RISCO 2: Restrição orçamentária decorrentes de cortes significativos na Lei Orçamentária que impeça ou prejudique a contratação.

Probabilidade:
(X) Baixo ( ) Médio ( ) Alto
Impacto:
( ) Baixo (X) Médio ( ) Alto
Dano:
( ) Baixo (X) Médio ( ) Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco Ação: Remanejamento de dotações de despesas menos críticas.
Responsável: Equipe de planejamento da contratação.

RISCO 3: Inclusão no termo de referência de exigências que não podem ser atendidas pelo futuro prestado de serviços.
Probabilidade:
(X) Baixo ( ) Médio ( ) Alto
Impacto:
( ) Baixo (X) Médio ( ) Alto
Dano:
( ) Baixo (X) Médio ( ) Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco Ação: Análise de contratações vigentes no mercado.
Responsável: Equipe de planejamento da contratação

RISCO 4: Não inclusão no termo de referência de obrigações essenciais à execução da prestação dos serviços.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
20
FOLHAS

Probabilidade:
(X) Baixo ( ) Médio ( ) Alto
Impacto:
( ) Baixo (X) Médio ( ) Alto
Dano:
( ) Baixo (X) Médio ( ) Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco Ação: Análise de contratações vigentes no mercado
Responsável: Equipe de planejamento da contratação.

Fase de Seleção do Prestador de Serviços

RISCO 5: Recusa da vencedora em assinar o contrato/inadimplemento total da obrigação.

Probabilidade:
(X) Baixo ( ) Médio ( ) Alto
Impacto:
( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto
Dano:
( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco Ação: Termo de referência elaborado com esmero, refletindo o que existe no mercado; ampla pesquisa de preço para obter um preço de referência que possa ser atendido pelo mercado; convocação das demais licitantes classificadas, na ordem de classificação, para assinatura do contrato.
Responsável: Equipe de Planejamento da Contratação; Equipe responsável pela pesquisa de preços.

Fase de Execução do Contrato

RISCO 6: Atraso no início da execução da prestação dos serviços causando transtornos à regularidade das atividades da Câmara Municipal.

Probabilidade:
(X) Baixo ( ) Médio ( ) Alto
Impacto:
( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto
Dano:
( ) Baixo ( ) Médio (X) Alto

Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco Ação: Conclusão, com antecedência necessária, dos procedimentos de assinatura do contrato e demais providências afeitas à sua formalização e publicidade; Reunião de alinhamento com a contratada para acertar os principais pontos da execução da prestação dos serviços, para esclarecimentos etc;
Responsável: Equipe de planejamento da contratação, Setor de contratos e fiscalização do contrato.

LEONILIO SOARES GIL NETO
Secretário Administrativo

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
21
FOLHAS

TERMO DE REFERENCIA
(ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO)
Fundamento Legal Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

1. DO OBJETO.

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 Esta contratação se faz necessária devido a execução do plano de desenvolvimento de nosso deste Poder Legislativo Municipal, para o bom andamento dos serviços essenciais da administração pública, no intuito de manter as atividades pertinentes às mesmas que dependem do objeto licitado para que possa ser executados de maneira mais eficaz e objetiva, buscando atender as exigência da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e demais leis Federais que regem a administração pública, como pela necessidade do gestor em obter informações e soluções quando se refere ao setor público no processo gerador de informações e demais áreas, direcionadas ao controle patrimonial de entidades do setor público e a instrumentalização do controle Social o que comprova a importância das contratações, sendo que o principal objetivo da elaboração do plano de contratação anual - PCA é permitir que as aquisições e contratações ocorram de forma programada, racional e transparente, evitando improvisos e garantindo a adequada alocação dos recursos orçamentários, sendo que este plano, buscou-se não apenas estimar quantitativos e valores, mas também estabelecer critérios objetivos que permitam a revisão e o aperfeiçoamento contínuo do processo de contratação, em consonância com os cinco princípios fundamentais da Administração Pública brasileira, estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, visando a ética, transparência e o interesse coletivo e garantindo contratações eficientes.

2.2 O planejamento prévio, além de obrigatório, fortalece o controle interno e externo, facilita a fiscalização pelos órgãos de controle e pela sociedade e assegura que as aquisições estejam direcionadas ao atendimento das reais necessidades institucionais, sendo que o plano de contratações anual atende ao disposto no que trata o artigo 12, inciso VII da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no qual deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e será observado pelo ente federativo na realização de licitações e na execução dos contratos sendo que o plano de contratações anual é instrumento indispensável ao planejamento das contratações da Administração, planejamento este, aliás, que foi elevado a princípio pela nova Lei de Licitações e Contratações, uma vez que consolida as contratações pretendidas ao longo do período e com isso proporciona a melhor racionalização dos recursos a serem empregados, indo ao encontro dos princípios da eficácia e da economicidade, que igualmente submetem aqueles que utilizam verbas públicas.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
22
FOLHAS

2.3 O presente documento apresenta informações e justificativas que compõem os Estudos Preliminares (EP) e parte do Termo de Referência (TR), as quais deverão subsidiar a elaboração da minuta de termo contratual pela unidade competente. Além disso, são apresentadas, também, as justificativas para os aspectos mais relevantes da contratação, para fins de motivação das decisões adotadas.

2.4 Assim, diante do caso em tela, justifica-se a escolha da modalidade de dispensa de licitação, em razão do valor estimado para a prestação do serviço, estando em consonância com os demais princípios aplicáveis à Administração, tais como economicidade, a eficiência, a proporcionalidade e a razoabilidade, sem retirar o dever selecionar a melhor proposta, sendo que o procedimento permite que a Administração adquira os serviços em consonância com o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e de acordo com as demandas da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.

3. DO PRAZO CONTRATUAL

3.1 O prazo para a execução da prestação dos serviços, e previsto para ser realizado a partir da assinatura do contrato até a data de 31 de Dezembro de 2026, sendo que o prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o CONTRATANTE.

4. DA REALIZAÇÃO DAS COTAÇÕES

4.1 Foram realizadas pesquisas de preços conforme quadro abaixo, com os seguintes prestadores de serviços:

ITENS	NOMES DAS EMPRESAS	CNPJ	VALOR TOTAL
01	**Luiz Carlos da Conceição - Me**	**40.307.945/0001-75**	**13.000,00**
02	MGM Consultoria e Assessoria Publica Ltda (Câmara Municipal de Paranã - TO) Fonte LCO (Site do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins)	27.203.617/0001-60	13.800,00
03	Barbara Roberta Castro Oliveira - Me (Câmara Municipal de Monte do Carmo - TO) Fonte LCO (Site do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins)	60.296.916/0001-62	26.000,00

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E VALORES.

Item	Descrição do Serviço	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
01	Contratação de empresa para a execução da prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins,	01	Serv.	13.000,00	13.000,00

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
23
FOLHAS

	destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.				
				Valor Global .....R$:	**13.000,00**

5.1 Com vistas a subsidiar a aquisição do presente objeto, realizou-se pesquisa de preços, conforme artigo 23, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021.

> *Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos (Painel de Preços do Governo Federal) e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.*
>
> *§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:*
>
> *IV - Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;*

5.2 Os licitantes, sob risco de responderem por superfaturamento em solidariedade com os agentes públicos, têm a obrigação de oferecer preços que reflitam os paradigmas de mercado, ainda que os valores fixados pela administração no orçamento-base do certame se situem além daquele patamar. (TCU - Acórdão1959/2017 Plenário).

5.3 A realização de pesquisa de preço, objetivando o comportamento de mercado, foi realizado pelo setor de compras e orçamentos da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.

6. DA EMPRESA VENCEDORA

6.1. A empresa no qual apresentou a melhor proposta foi a empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO.

7. DO SERVIÇO

7.1. Os serviços ora contratados, deverá atender as necessidades da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, no qual será elaborado as demandas de acordo com as necessidades do Gabinete de Vereador Presidente desta Casa de Leis.

8. DO PRAZO E DA CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 Os pagamentos devidos, serão efetuados conforme a prestação dos serviços ou a disponibilidade financeira da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.

8.2 A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal com os serviços discriminados, após a solicitação de serviços emitida pela CONTRATANTE, ao gestor responsável pela área de operações da CONTRATANTE, pela prestação dos serviços.

8.3 A data da apresentação da nota fiscal/fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pela prestação dos serviços.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
24
FOLHAS

8.4 O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ter seu prazo de validade renovada a cada vencimento.

8.5 O pagamento será efetuado em até 10 (Dez) dia úteis, a partir do atesto da nota fiscal pelo setor competente, no qual será creditado em nome da contratada, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas, uma vez satisfeitas as condições previamente estabelecidas.

8.6. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

8.7 A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o atesto a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.

8.8 A compensação financeira é admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

9. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

9.1 O CONTRATADO se compromete a executar para a CONTRATANTE a prestação dos serviços de acordo com a cláusula primeira e dentro das normas estabelecidas pela CONTRATANTE, em consonância com as exigências junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Tribunal de Contas da União, Lei de Licitações, Lei e Normas de Convênios, Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal, e ainda em todo e qualquer regulamento atinente ao objeto contratado, respondendo civil e criminalmente, por qualquer prejuízo que causa, em decorrência da má execução dos mesmos.

9.2 O CONTRATADO se compromete a acompanhar e fiscalizar a execução e a qualidade dos serviços a serem executados e dos materiais a serem empregado, comunicando possíveis irregularidades ao setor competente.

9.3 Fornecer, sempre que solicitado, documentos que comprovem a manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como os que comprovem a regularidade de situação de seus empregados.

9.4 Executar os serviços de acordo com as especificações e quantidades conforme solicitados neste Termo de Referência.

9.5 Executar os serviços dentro do prazo estabelecido no presente Termo de Referência.

9.6 Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;

9.7 Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa da vencedora ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se,

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
25
FOLHAS

igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidas por força de Lei, ligados ao cumprimento da presente contratação.

9.8 Ser a única e exclusiva responsável pela mão de obra aplicada para execução do objeto contratual.

9.9 Manter, para fiel atendimento do objeto do presente termo de referência, em perfeito estado de funcionamento, manutenção e desempenho, os equipamentos utilizados na execução dos serviços, obedecendo todas as normas aplicáveis.

9.10 Prestar os serviços de forma adequada e segura, respeitando toda a legislação vigente incidente sobre o objeto do contrato, em especial.

9.11 Reparar ou refazer, sem qualquer ônus para a contratante, os serviços que, a critério da Câmara Municipal e orçamentos, não tenham sido bem executados ou que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

9.12 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência e no edital.

9.13 Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente credenciamento, em especial encargo social, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

9.14 Responder diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

9.15 A inadimplência da contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

9.16 Se submeter às normas vigentes da Câmara Municipal, bem como outras que vierem a ser editadas, quanto ao fluxo de atendimento.

10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

10.1 Caberá à contratante, às suas expensas, dentre outras obrigações legais e/ou constantes do presente termo de referência:

10.2 Efetuar o pagamento à vencedora até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após o recebimento do serviço, contra apresentação da Nota Fiscal/Fatura, mediante liberação pelo controle interno;

10.3 Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do contrato através de servidor designado para este fim.

10.4 Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto contratado;

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
26
FOLHAS

10.5 Solicitar a reparação dos serviços que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita ou apresentar defeito ou falhas.

10.6 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
10.7 Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada os serviços;

10.8 Fiscalizar a entrega dos serviços, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste termo de referência e no edital.

10.9 Disponibilizar local para a prestação dos serviços e organização de todos os documentos físicos proeminentes de prestação de contas, relatórios e projetos desenvolvidos no âmbito da municipalidade.

11. DA LEGALIDADE E DA INSTITUCIONAL E LEGAL

11.1 Deverão, para a satisfação do procedimento licitatório em sua fase interna e externa, ser observados:

11.2 A licitação será promovida sob o prisma do artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, observando as regulamentações aplicáveis em âmbito Municipal, considerando a natureza do objeto e as condições da contratação;

11.3. Os serviços ora contratados, deverá obedecer ao disposto no artigo 75, inciso II, e artigo 95 § 2º da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$: 65.492,11 (Sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

§ 2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R$: 13.098,41 (Treze mil, noventa e oito reais e quarenta e um centavos).

12. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

12.1. Serão exigidas todas as documentações de regularidade jurídica e fiscal, solicitados pela Administração Pública em acordo com o artigo 62 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021, para sua admissibilidade e futura homologação, conforme especificado neste Termo de Referência.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A despesa decorrente do objeto desta dispensa de licitação correrá à conta de recursos do orçamento da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, onde a dotação orçamentária, fontes e elemento de despesa, as quais serão verificados os seus saldos e empenhadas, no momento da prestação dos serviços conforme tabele abaixo:

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
27
FOLHAS

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	ELEMENTO DE DESPESA	NOMECLATURA
01.031.0001.2.001	3.3.90.39.00.00	Manutenção do Administrativo da Câmara
FONTE DE RECURSOS		1.500.0000.000.000 - Recurso Próprio

14. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

14.1 A contratação de empresa para executar a prestação de serviço na elaboração do plano de contratação anual - PCA, se enquadra como serviço comum, sendo caracterizada por uma prestação não continuada, ou seja, eventual, cabendo assim a modalidade de dispensa de licitação de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, ou seja, sob medida, são comuns no mercado, podendo ser eles descritos por características técnicas objetivas e usuais de mercado.

15. POSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

15.1 A possibilidade de subcontratação, será de acordo com o artigo 122 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021, no qual diz que o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

> § 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
>
> § 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.
>
> § 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

16. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, (inciso VII do § 1° do art. 18 da Lei Federal nº 14.133/21).

16.1 O presente estudo como já informado, refere-se à contratação de empresa para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

16.2 A solução que melhor atende às necessidades da Administração é contratação de empresa para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins através de dispensa de licitação. Em termos de justificativa econômica, a natureza do objeto a ser contratado é comum, pois, seus padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais de mercado, uma vez que a contratação irá atender as necessidades junto a Câmara Municipal, no qual se justifica para a implementação da solução completa de treinamento e reorganização do fluxo de trabalho interno para o Plano de Contratações Anual (PCA) reside na necessidade de modernizar e otimizar a gestão de contratações, garantindo a conformidade com a legislação e impulsionando a eficiência organizacional,

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
28
FOLHAS

16.3 Pretende-se com este estudo técnico preliminar, compor processo de dispensa de licitação, para obter um mecanismo ágil e seguro para realização de futuras contratações, no qual a Câmara Municipal visa manter as atividades pertinentes às mesmas que dependem do objeto no qual é essencial para atender as demandas já existentes.

Solução 1: A proposta é a contratação de empresa para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal de Xambioá - TO, em virtude da demanda existente, visando cumprimento de sua missão institucional.

Solução 02: O processo licitatório é um método tradicional que envolve a concorrência pública para a aquisição de bens ou serviços. No contexto da prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, sendo que a realização de um processo licitatório implicaria na abertura de um edital, recebimento de propostas e seleção do vencedor com base em critérios previamente estabelecidos, causando morosidade no procedimento, retardando a contratação, implicando em prejuízo aos eventos ou aos serviços necessários para o bom andamento da administração pública.

16.4 Nesse sentido, após analisar-se aqui a descrição da necessidade das opções disponíveis, foi possível identificar a solução mais vantajosa tanto para a contratação inicial quanto para futuras manutenções, sendo que o processo de avaliação envolveu uma análise criteriosa de diversos aspectos, levando em consideração não apenas o custo inicial, mas também a qualidade, a confiabilidade e a eficiência a longo prazo, conforme manifestado pelas áreas requerentes no DFD - Documento de Formalização de Demandas, a descrição do requisitos técnicos inerentes à demanda e à contratação, a análises das soluções disponíveis no mercado para atendimento à demanda, e suas perspectivas positivas e negativas, depreende-se que a solução mais acessível e viável de ser operacionalizada na referida contratação.

16.5 A solução integral possibilita a detecção e remoção de obstáculos e ineficiências nos processos de recrutamento, diminuindo o prazo de execução e as despesas operacionais. Isso viabiliza um planejamento estratégico das contratações, aprimorando a utilização de recursos públicos e evitando desperdícios, para que possa dar orientação aos colaboradores para que possam adquirirem as competências e habilidades essenciais para conduzir as atividades de contratação e aquisição de maneira eficiente e eficaz, buscando sempre cumprir o que atende as exigências do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e demais leis Federais que regem a administração pública, atendendo sempre aos princípios da legalidade, publicidade e transparência.

17. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS: (inciso IX, do § 1°, do art. 18, da Lei Federal nº 14.133/2021).

17.1 Com a contratação de empresa para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
29
FOLHAS

Tocantins, representa uma solução economicamente viável e vantajosa, primeiramente, a escolha dessa solução maximiza o custo-benefício, sendo que com a elaboração de um PCA detalhado e a implementação de processos de planejamento eficientes permitirão a otimização do uso de recursos públicos.

17.2 A administração pública busca alcançar resultados concretos e mensuráveis com a contratação de empresa para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, sendo que isso se traduz em uma maior transparência das contratações publicas, desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, no qual os benefícios da contratação ira produzir melhores resultados efetivos nas compras e contratações publicas, permitindo que as aquisições e contratações públicas ocorram de forma programada, racional e transparente, evitando improvisos e garantindo a adequada alocação dos recursos orçamentários, uma vez que consolida as contratações pretendidas ao longo do período e com isso proporciona a melhor racionalização dos recursos a serem empregados, indo ao encontro dos princípios da eficácia e da economicidade, que igualmente submetem aqueles que utilizam verbas públicas, observando-se sempre cumprir atender as exigências do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e demais leis Federais que regem a administração pública, atendendo sempre aos princípios da legalidade, publicidade e transparência.

18. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO A SER CELEBRADO.

18.1 A fiscalização do contrato a ser celebrado com a Câmara Municipal ficara a cargo da Senhora Mariely Alves da Silva.

18.2 Para o exercício da função, o fiscal deverá receber cópias dos documentos essenciais da contratação pelo setor de contratos, a exemplo dos Estudos Preliminares, do ato convocatório e seus anexos, do contrato, da proposta da contratada, da garantia, quando houver, e demais documentos indispensáveis à fiscalização

18.3 A indicação do gestor, fiscal e seus substitutos caberá o Vereador Presidente da Câmara Municipal, de acordo com o funcionamento de seus processos de trabalho e sua estrutura organizacional.

18.4 Será facultada a contratação de terceiros para assistir ou subsidiar as atividades de fiscalização do representante da Administração, desde que justificada a necessidade de assistência especializada.

18.5 O gestor ou fiscal e seus substitutos deverão elaborar relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos serviços referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo.

19. BENEFÍCIOS ESPERADOS

19.1 Espera-se que a contratação:

a) Melhore a eficiência e previsibilidade das contratações do órgão;
b) Promova maior controle de gastos públicos;
c) Reduza riscos de contratações não planejadas;
d) Melhore o fluxo de compras e gere economia decorrente de agrupamento e racionalização;

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
30
FOLHAS

e) Garanta maior conformidade legal e transparência.

20. PROBLEMA A SER SOLUCIONADO

20.1 A contratação visa suprir lacunas técnicas e operacionais, garantindo que o Plano de Contratação Anual - PCA de 2027 seja produzido de forma qualificada e em conformidade com os marcos legais e metodológicos, melhorando a eficiência e previsibilidade das contratações do órgão, reduzindo riscos de aquisições e contratações não planejadas, melhorando o fluxo de compras e gerando economia decorrente de agrupamento e racionalização, garantindo maior conformidade legal e transparência nas compras públicas, atendendo sempre o que exige o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e demais leis Federais que regem a administração pública, atendendo sempre aos princípios da legalidade, publicidade e transparência.

21. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

21.1 Os estudos preliminares evidenciaram que a forma de contratação que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos em observância aos princípios da economicidade, eficácia e eficiência apresenta-se por meio de realização de dispensa de licitação e considerando a análise das alternativas de atendimento das necessidades elencadas pela área requisitante e os demais aspectos normativos, conclui pela viabilidade da contratação, uma vez considerados os seus potenciais benefícios em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

21.2 Diante do exposto, e considerando a necessidade operacional dos serviços com as características proposta, declaro ser viável a contratação pretendida com base neste estudo técnico preliminar.

22. DAS PENALIDADES

22.1. A inexecução total ou parcial do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

a) Notificação;
b) Advertência;
c) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Contratação, devendo ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação;

Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, aos 27 dias do mês de Março de 2026.

LEONILIO SOARES GIL NETO
Secretário Administrativo

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
31
FOLHAS

COTAÇÕES



CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
32
FOLHAS

COTAÇÃO DE PREÇOS

PARA: Câmara Municipal de Campos Lindos - TO

DADOS DA EMPRESA:
NOME DA EMPRESA: LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME.
CNPJ: 40.307.945/0001-75.
END: Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15.
CEP: 77.819-224.
SETOR: Barra da Grota.
CIDADE: Araguaína - TO.
E-MAIL: luizcarlosdconceicao31@gmail.com
AGENCIA: 2990
CONTA CORRENTE: 12076705-4
BANCO SANTANDER
PIX (CNPJ): 40307945000175

Descrição dos Serviços	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Global
Prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto ao Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO.	Serv.	01	13.000,00	13.000,00
			Valor Global R$ (Treze mil reais)	**13.000,00**

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (Sessenta) dias.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: A combinar.

Conforme o solicitado, apresentamos nossa proposta de preços, relativo a cotação epigrafo, sendo a mesma para o atendimento a Câmara Municipal.

Araguaína - TO, 10 de Março de 2025.

LUIZ CARLOS DA CONCEICAO:02864961199
Assinado de forma digital por LUIZ CARLOS DA CONCEICAO:02864961199
Dados: 2026.03.10 10:49:05 -03'00'

LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME
CNPJ: 40.307.945/0001-75

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA DE VEREADORES DE PARANÃ

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
33
FOLHAS

CONTRATO Nº 03/2026.
PROCESSO ADMINSTRATIVO Nº: 05/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 03/2026

Termo de Contrato de prestação de serviços para elaboração do Plano de Contratação Anual da Câmara Municipal de Paranã - TO, que fazem entre si a Câmara Municipal de Paranã, Estado do Tocantins, e a empresa MGM Consultoria e Assessoria Pública.

I - PREÂMBULO:

CONTRATANTE: INSTITUIÇÃO, a Câmara Municipal de Paranã, Estado do Tocantins, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ n° 07.156.877/0001-15, com sede administrativa situada na Rua Ludugerio Furtado de Almeida Qd. 25 Lote 06 Centro, CEP 77360-000, representado por **CARLOS FURTADO FERREIRA MARTINS**, brasileiro, solteiro, Registro Geral nº 628.748, 2ª Via SSP TO, inscrito no CPF/ MF sob nº 981.700.821-53, residente e domiciliado no Distrito do Bom Jesus da Palma, Paranã - TO, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: MGM Consultoria e Assessoria Pública LTDA, inscrita no CNPJ n° 27.203.617/0001-60, sediada na Rua Dona Inocencia Passarinho, S/N, Qd. 45, Lt. 03, Centro, Sandolândia - TO, CEP 77.478-000, neste ato representado por seu representante legal Sr. **MARCELO GOMES MILHOMEM**, brasileiro, casado, autônomo, Carteira Nacional de Habilitação nº 03237820630, DETRAN-TO, CPF número 848.071.991-53, residente e domiciliado na Rua Engenheiro Bernardo Sayao, n° 1650, Lote 12, Setor Central, Gurupi-TO, CEP 77.405-150, neste ato denominada CONTRATADA, têm como justo e contratado o que segue regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

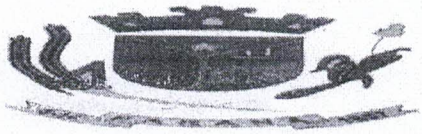
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato decorre da DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2026 em razão dos valores apresentados, homologado pelo Presidente para contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria a para elaboração do plano de contratação que declarou a dispensa de procedimento licitatório.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FORMA DE EXECUÇÃO

O objeto do presente CONTRATO é a prestação de serviços de assessoria para elaboração do Plano de Contratação Anual - PCA, da Câmara Muncipal de Paranã - TO, exercício de 2026, em obediência à lei de licitações 14.133/21.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste contrato se inicia com sua assinatura e expira com a entrega do objeto, facultada sua alteração ou prorrogação, mediante aditamento, conforme prescrito no art. 107, da Lei 14.133/21 (Lei de Licitações).





3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E DO PAGAMENTO

3.1. O valor mensal do Contrato é de R$ 1.150,00 (mil cento e cinquenta reais), perfazendo o total de R$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais);
3.2. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE a partir da entrega do respectivo produto e aprovação pelo gestor técnico/fiscal de contrato nomeado pela contratante, bem como da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO;
3.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados;
3.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, divergência entre produtos descritos na nota e produtos entregues, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras;
3.4.1. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;
3.5. A sustação do pagamento devido à Contratada se revelará cabível nas seguintes hipóteses:
3.5.1. Descumprimento de obrigação relacionada com o objeto contratado;
3.5.2. Débitos da CONTRATADA no que diz respeito ao pagamento de multas impostas ao longo do contrato;
3.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
3.7. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta a fim de verificar a manutenção das condições de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do §4º do art. 91 da Lei 14.133/21;
3.8. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;
3.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
3.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;
3.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. A execução deste contrato, bem como os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 89 da L. 14.133/21.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
35
FOLHAS

5. CLÁUSULA QUINTA – DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

5.1. Caberá ao CONTRATANTE:

5.1.1. Permitir o acesso às dependências do CONTRATANTE, bem como o acesso a dados e informações necessários ao desempenho das atividades previstas neste contrato, ressalvados os casos de matéria sigilosa;

5.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

5.1.3. Fornecer, no caso de atividade desenvolvida nas dependências do CONTRATANTE, instalações adequadas ao bom desempenho da CONTRATADA;

5.1.4. Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência;

5.1.5. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para que seja refeito o serviço e/ou substituído o respectivo produto que não atender às especificações constantes do Termo de Referência;

5.1.6. Atestar as faturas correspondentes e supervisionar o serviço, por intermédio do Gestor do Contrato;

5.1.7. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA

6.1. Caberá à CONTRATADA:

6.1.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.1.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.1.4. Comunicar à Administração do CONTRATANTE, por escrito, qualquer irregularidade verificada e anormalidade de caráter urgente, bem como prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

6.1.5. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação;

6.1.6. Manter, durante toda a execução do objeto deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

6.1.7. Elaborar, depois de concluídas as atividades, relatório circunstanciado acerca dos dados levantados, o qual deverá ser entregue ao gestor/fiscal do Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

7.1. A CONTRATADA também deverá observar o seguinte:

7.1.1. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução total ou parcial dos serviços objeto deste contrato, sem prévio conhecimento e autorização do CONTRATANTE.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
36
FOLHAS

8. CLÁUSULA OITAVA – DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

8.1. A prestação dos serviços dar-se-á de acordo com as necessidades e objetivos estratégicos da Câmara Municipal de Paranã - TO, diretamente pela CONTRATADA nas dependências do CONTRATANTE e também em sua sede, de acordo com a necessidade, interesse e conveniência da Administração, com vistas a assegurar as condições imprescindíveis e específicas da execução dos serviços.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – SIGILO DAS INFORMAÇÕES

9.1. Para que seja possível a execução dos serviços descritos neste contrato, a administração do CONTRATANTE terá de disponibilizar as informações e o acesso aos equipamentos e sistemas do órgão;
9.2. A CONTRATADA será responsabilizada pela divulgação não autorizada ou pelo uso indevido de qualquer informação pertinente ao CONTRATANTE;
9.3. Caso se verifique a quebra de sigilo das informações disponibilizadas pelo CONTRATANTE, serão aplicadas à CONTRATADA as sanções previstas na Lei n° 14.133/21, sem prejuízo das demais cominações legais.

10. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 117 da Lei nº 14.133/21;
10.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;
10.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência e na proposta;
10.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos:
10.4.1. Os resultados alcançados em relação ao objeto contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
10.4.3. A qualidade e quantidade dos recursos materiais, equipamentos e utensílios utilizados;
10.4.4. A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
10.4.5. O cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
10.4.6. A satisfação da Administração usuária;
10.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no artigo 125 da Lei nº 14.133/21;
10.6. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133/21;

10.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/21.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE DOS SERVIÇOS

11.1. Os valores dos serviços deverão constar de cada etapa definida no Termo de Referência e Proposta apresentada pela contratada e somente serão pagos após a conclusão e entrega do produto e do aceite pelo Gestor do Contrato;
11.2. Verificada a não conformidade dos serviços, conforme definidos no Termo de Referência e Proposta apresentada, a CONTRATADA deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A despesa do presente contrato para o pagamento dos serviços advém de recurso próprio e correrá por conta da seguinte dotação orçamentária relacionada abaixo:
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
01.01.01.031.1001.2.101– 3.3.90.39

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração do CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
13.1.1. Advertência;
13.1.2. Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso e por ocorrência de fato em desacordo com o estabelecido neste contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;
13.1.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial;
13.1.4. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
13.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração do CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;
13.2. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e no que couber, às demais penalidades referidas no Título IV da Lei nº 14.133/21.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
38
FOLHAS

14. DA RESCISÃO

Pelo regime Jurídico dos Contratos Administrativos, instituído no Art. 104, Inciso II, da Lei Federal nº. 14.133/21 e seus complementos ficam conferidos à CONTRATANTE prerrogativas para a rescisão unilateral do presente instrumento, independente de Notificação ou Interpelação Judicial, pelos seguintes motivos:

a) no caso de dolo, simulação ou fraude na prestação dos serviços;

b) inobservância das normas, leis e diretrizes que regem a presente contratação;

c) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, regulamentos ou prazos;

d) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, regulamentos ou prazos;

e) a lentidão de seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da prestação dos serviços nos prazos estipulados;

f) a paralisação na prestação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade máxima da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exarados no Processo Administrativo a que se refere o contrato;

h) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, que impeça a execução do presente contrato;

i) por iniciativa das partes, mediante notificação por escrito, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias, desde que todos os compromissos assumidos estejam cumpridos até tal data.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO DIREITO PATRIMONIAL, DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DA DOCUMENTAÇÃO DOS PRODUTOS GERADOS

15.1. A CONTRATADA cederá ao CONTRATANTE, nos termos do artigo 93 da Lei nº 14.133/21, o direito patrimonial, a propriedade intelectual de toda e qualquer documentação e produto gerados, logo após o recebimento definitivo dos serviços;

15.2. A documentação e qualquer produto gerado, em papel e em mídia eletrônica, conforme especificado nos Anexos, será entregue ao Presidente da Câmara Municipal;

15.3. A documentação e outras informações entregues pela a CONTRATADA passarão a ser propriedade do CONTRATANTE;

15.4. A CONTRATADA fica proibida de veicular e comercializar os produtos gerados, relativos à prestação dos serviços de que trata o objeto desta contratação.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES ACESSÓRIAS

16.1. Além das disposições presentes neste instrumento contratual, ficam dele fazendo parte integrante, o Termo de Referência e a Proposta apresentada pela CONTRATADA constantes do Processo Administrativo nº 05/2026.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

17.1 Caberá a Câmara Municipal de Paranã - TO providenciar por sua conta a publicação do extrato de contrato e de seus aditamentos, sendo condição indispensável para sua eficácia e no prazo legal, nos termos do art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/21.

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA DE VEREADORES DE PARANÃ

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
39
FOLHAS

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Paranã, Estado do Tocantins, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem para dirimir quaisquer questões fundadas neste contrato.

E por estarem assim, justos e contratados, mandaram lavrar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, e imprimir em processamento eletrônico de dados o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo fim, que assinam todas as laudas, juntamente com duas testemunhas civilmente capazes;

Paranã - TO, 16 de janeiro de 2026.

CARLOS FURTADO FERREIRA MARTINS:98170082153
Assinado de forma digital por CARLOS FURTADO FERREIRA MARTINS:98170082153
Dados: 2026.01.16 12:11:25 -03'00'

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANÃ-TO
CNPJ Nº. 07.156.877/0001-15
CONTRATANTE

gov.br
Documento assinado digitalmente
MARCELO GOMES MILHOMEM
Data: 16/01/2026 12:19:08-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

MGM CONSULTORIA E ASSESSORIA PUBLICA LTDA
CNPJ N° 27.203.617/0001-60
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

JOSE CARLOS SOUTO:11554690110
Assinado de forma digital por JOSE CARLOS SOUTO:11554690110
Dados: 2026.01.16 12:37:18 -03'00'

1. _____
CPF N° _____

2. _____
CPF N° _____

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
40
FOLHAS

Câmara Municipal de
Monte do Carmo
Folha nº 19

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE DO CARMO

CONTRATO nº 29/2025

Termo de Contrato celebrado entre a **CÂMARA DE VEREADORES DE MONTE DO CARMO** e a empresa **60.296.916 BARBARA ROBERTA CASTRO OLIVEIRA,** inscrito do **CNPJ nº 60.296.916/0001-62,** referente contratação de empresa especializada para elaboração consolidação e revisão do plano de contratação anual (PCA) para o exercício de 2026 nos termos da lei 14.133/2021.

A CÂMARA DE VEREADORES DE MONTE DO CARMO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro na cidade de Monte do Carmo, Estado do Tocantins, no Palácio do Bandeirante Manoel de Souza Ferreira, junto a Rua Benício Pinto Cerqueira s/n Centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº 022.89530/0001-27, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. **APARECIDO GONÇALVES FERREIRA**, e a empresa **60.296.916 BARBARA ROBERTA CASTRO OLIVEIRA,** com sede na Rua Joaquim Francisco do Nascimento, nº 100, Boa Vista, Macedônia/SP, CEP 15.620-000, inscrita no **CNPJ Nº 60.296.916/0001-62,** doravante denominada **CONTRATADO,** representada neste ato por seu Representante Legal, Sra. **BARBARA ROBERTA CASTRO OLIVEIRA,** resolvem celebrar o presente **CONTRATO**, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para elaboração consolidação e revisão do plano de contratação anual (PCA) para o exercício de 2026 nos termos da lei 14.133/2021.

DO PREÇO, DA ORIGEM DOS RECURSOS E FORMA DE PAGAMENTO.

CLÁUSULA SEGUNDA - A Contratante pagará ao Contratado, o valor R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

§ 1° - O pagamento dos produtos, ora Contratados, será efetuado ao contratado após a requisição pelo Presidente da Câmara, a entrega do produto e a emissão da nota fiscal, nos termos constante na cláusula primeira deste Contrato, com depósito em conta bancária da empresa.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
41
FOLHAS

Câmara Municipal de
Monte do Carmo
Folha nº 80

§2º A nota fiscal deverá ser mensal e ser enviada por e-mail no endereço eletrônico camunicipalmontedocarmo@gmail.com.

§ 3º - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução da prestação de serviço, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral da prestação de serviço da contratação

CLÁUSULA TERCEIRA – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos dos próprios, cuja fonte de recurso, dotação orçamentária e elemento de despesa são:

Dotação 01.01.01.0310101.2.001 Elemento 3.3.90.39 Fonte: 1.500.0000.00000

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUARTA - O prazo de vigência deste Contrato é de 90 (noventa) dias, a contar da sua assinatura, na forma do art. 75, da Lei nº 14.133/2021.

DO REAJUSTE (art. 92, V)

CLÁUSULA QUINTA- Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

CLÁUSULA SEXTA– Constituir-se-ão obrigações da Contratante:

I- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

II- Receber o serviço no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

III- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na prestação de serviço fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

IV- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

V- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento da prestação de serviço, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
42
FOLHAS

Câmara Municipal de
Monte do Carmo
Folha nº 83

VI- Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

VII- Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

VIII- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

IX- Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (Trinta) para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

X- Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

XI- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SEXTA – Constituir-se-ão obrigações do Contratado:

I- A contratação deve observar o requisito de serviços singulares estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

II- O contratada ao realizar a do Plano de Contratação, deverá observar a Lei nº 14.133/2021 e demais regulamentações normativas, antes da finalização do plano, o mesmo deve ser apresentado ao Gestor da Câmara Municipal de Monte do Carmo para aprovação final.

III- Deve-se comprovar a habilitação técnica e a regularidade, com profissionais experientes no atendimento de entes públicos, como por exemplo, através de contratos já firmados com outra entidade.

IV- O contratado deve possuir infraestrutura física e tecnológica para o suprimento das informações junto aos órgão necessários, relatórios, controles de prazos e suporte remoto e presencial.

V- O contratada deverá realizar trabalhos junto a Câmara de online e presencial, afim de conseguir todas as informações necessárias para elabora do plano.

VI- O contrato deve oferecer, estrutura técnica, equipe qualificada, Amplo alcance de atuação, dentre várias outras caracterizas para elaboração do plano.

VII- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
43
FOLHAS

Câmara Municipal de
Monte do Carmo
Folha nº 32

da boa e perfeita execução da prestação de serviço, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

VIII- Manter preposto aceito pela Administração do serviço para representá-lo na execução do contrato.

IX- A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

X- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

XI- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

XII- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

XIII- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução da prestação de serviço, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

XIV- Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

XV- Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

XVI- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
44
FOLHAS

Câmara Municipal de
Monte do Carmo
Folha nº 53

XVII- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

XVIII- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

XIX- Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

XX- Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução da prestação de serviço, durante a vigência do contrato.

XXI- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

XXII- Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

XXIII- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

XXIV- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

XXV- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

XXVI- Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

XXVII- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XXVIII- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do PRESTAÇÃO DE SERVIÇO da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
45
FOLHAS
Câmara Municipal de
Monte do Carmo
Folha nº 84

XXIX- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

DA SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA OITAVA - Não será admitida a subcontratação da prestação de serviço contratual.

GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

CLÁUSULA NONA - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA – O **Contratado** sujeitar-se-á, na hipótese de inadimplemento de suas obrigações contratuais, às penalidades e correções previstas na legislação pertinente, além de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado, com serviços, por dia de atraso, no cumprimento do prazo final definido para conclusão dos mesmos.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A **Contratante** poderá rescindir este Contrato, a qualquer momento mediante, notificação judicial ou extrajudicial, por infração ou inadimplência de quaisquer de suas cláusulas ou condições.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O presente **Contrato** poderá, requer a rescisão mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Este Contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas em lei.

DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O contratado se obriga a aceitar os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado de cada item do contrato.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
46
FOLHAS

Câmara Municipal de
Monte do Carmo
Folha nº 85

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE DO CARMO

DA LEGISLAÇÃO E DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O presente instrumento contratual reger-se-á pelas disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e suas alterações.

§1º - Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 10.406/2022 (Código de Civil Brasileiro), e normas e princípios gerais dos contratos.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- Além do direito ao ressarcimento por eventuais perdas e danos causados pelo contratado, por descumprir este ato.
Além do direito ao ressarcimento por eventuais perdas e danos causados pelo contratado, por descumprir compromissos contratuais definidos neste instrumento decorrentes de atos que, no exercício profissional, praticar com dolo ou culpa, poderão ser-lhe impostas as seguintes penalidades previstas na Lei nº 14.133□21, quais sejam:

I - Advertência;

II - Suspensão e impedimento do direito de licitar e contratar com o Administração Municipal contratante;

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no caso de reincidência em falta grave;

IV - Pagamento de multa de até 5% sobre o valor da parcela em atraso.

Paragrafo Primeiro – A penalidade consistente me multa pode ser aplicada, cumulativamente, com uma das demais sanções, observada a gravidade na infração.

Parágrafo Segundo – Antes da aplicação de qualquer sanção será garantido ao contratado o contraditório e a ampla defesa, em processo administrativo.

Parágrafo Terceiro – Os valores das multas deverão ser recolhidos perante a Secretaria Municipal de Finanças, no prazo e forma estabelecidos pelo contratado, sendo cobrada judicialmente caso ocorra sua inadimplência, após inscrição em dívida ativa, podendo o contratante efetuar retenção junto aos créditos que, porventura, possua o contratado.

Parágrafo Quarto – O contratado não será punido e nem responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, ou quando provada a justa causa e impedimento, ou, ainda, quando não decorrem de atos que, no exercício profissional, praticar com dolo ou culpa.

Câmara Municipal de
Monte do Carmo
Folha nº 86

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE DO CARMO

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
47
FOLHAS

DO FORO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Porto Nacional - TO, como único competente, para dirimir todas e quaisquer dúvidas a respeito deste Contrato, bem como das questões dele decorrentes, com renúncia a todos os outros, por mais especiais e privilegiados que sejam. E, por estarem justas e acordadas, as partes inicialmente nomeadas assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma,

Monte do Carmo, 03 de julho de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE DO CARMO
Neste ato representado pelo
APARECIDO GONÇALVES FERREIRA
Presidente da Câmara de Vereadores

60.296.916 BARBARA ROBERTA CASTRO OLIVEIRA
CNPJ Nº 60.296.916/0001-62

TESTEMUNHAS:

_____ _____

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
48
FOLHAS

DESPACHO DO VEREADOR PRESIDENTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

CONSIDERANDO a solicitação do Secretário Administrativo da Câmara Municipal, visando à necessidades da contratação direta por dispensa de licitação junto a empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

DETERMINO, consulta junto a comissão de contratação deste Poder Legislativo Municipal, sobre a viabilidade da contratação direta por dispensa de licitação, em consonância com o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, com o fim de atender à solicitação efetuada.

Cumpra-se forma determinada.

Gabinete do Vereador Presidente da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de Março de 2026.

ELIAQUIM FERREIRA MENDONÇA
Vereador Presidente

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
49
FOLHAS

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.

12

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

Da: Comissão de Contratação.

Para: Vereador Presidente da Câmara Municipal.

A comissão de contratação da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, tendo em vista a necessidade da contratação de empresa para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir as necessidades junto ao Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 75, inciso II da Lei n. 14.133/2021.

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$: 65.492,11 (Sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

Esta contratação se faz necessária devido a execução do plano de desenvolvimento de nosso deste Poder Legislativo Municipal, para o bom andamento dos serviços essenciais da administração pública, no intuito de manter as atividades pertinentes às mesmas que dependem do objeto licitado para que possa ser executados de maneira mais eficaz e objetiva, buscando atender as exigência da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e demais leis Federais que regem a administração pública, no qual planejamento prévio, além de obrigatório, fortalece o controle interno e externo, facilita a fiscalização pelos órgãos de controle e pela sociedade e assegura que as aquisições estejam direcionadas ao atendimento das reais necessidades institucionais, sendo que o plano de contratações anual atende ao disposto no que trata o artigo 12, inciso VII da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no qual deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e será observado pelo ente federativo na realização de licitações e na execução dos contratos sendo que o plano de contratações anual é instrumento indispensável ao planejamento das contratações da Administração, uma vez que consolida as contratações pretendidas ao longo do período e com isso proporciona a melhor racionalização dos recursos a serem empregados, indo ao encontro dos princípios da eficácia e da economicidade, que igualmente submetem aqueles que utilizam verbas públicas.

DAS RAZÕES DE ESCOLHA DO FORNECEDOR

Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços junto a prestadores de serviços, tendo a empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, apresentado o melhor preço, e também compatíveis com os praticados no mercado.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
50
FOLHAS

A prestação de serviço disponibilizado supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando está vinculada apenas à verificação do critério do menor preço.

DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferí-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 3 (Três) propostas.

A despeito desta assertiva, o artigo 23, inciso IV da lei n. 14.133/2021 diz:

Artigo 23, inciso IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

No caso em questão verificamos que houve uma previa cotação de preços, e como já foi dito, trata-se de situação pertinente a Dispensa de Licitação.

De acordo com a Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o serviço àquele que possuir o menor preço, a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, e regularidade fiscal, de acordo com o que reza o art. 62 da Lei Federal nº 14.133/21, em seus incisos I, II, III e IV.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

VII – DA ESCOLHA

A empresa escolhida neste processo para sacramentar a contratação dos serviços pretendidos, foi:

- LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, no valor global de R$: 13.000,00 (Treze mil reais) brutos.

CONCLUSÃO

Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de serviço similar, podendo a Administração contrata-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Do acima exposto, inobstante o interesse em contratar a referida empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, relativamente a prestação dos serviços em questão, é decisão discricionária do Vereado Presidente da Câmara Municipal, optar pela contratação ou não, ante a criteriosa análise da Auditoria Interna e Assessoria Jurídica de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
31
FOLHAS

Então, em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, submetemos a presente justificativa a Excelentíssima Senhor Vereador Presidente para apreciação e posterior autorização, ressaltando que em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração contrata-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Sala da comissão de contratação da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de Março de 2026.

Verª. Isalene Ramos Torres
Membro

Ver. Ideunires Ramos Cruz
Membro

Ver. Clailton Soares Machado
Agente de Contratação

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
52
FOLHAS

DESPACHO PARA ASSESSORIA JURÍDICA
VIABILIDADE DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

CONSIDERANDO a solicitação do Secretário Administrativo da Câmara Municipal e o despacho do Vereador Presidente deste Poder Legislativo do Município de Campos Lindos - TO, no qual solicita parecer a cerca da contratação direta por dispensa de licitação junto a empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

CONSIDERANDO que esta contratação é de extrema necessidade para que não haja paralisações das atividades legislativas municipais, destinado a suprir as necessidades junto a este Poder Legislativo Municipal e tendo em vista que os preços propostos estão dentro dos praticado no mercado, conforme cotações efetuadas;

DETERMINO, através do presente ato que seja realizada a consulta da assessoria Jurídica do Poder Legislativo Municipal para a emissão de parecer para a viabilidade da possível contratação por dispensa de licitação, em consonância com o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

Cumpra-se forma determinada.

Gabinete do Vereador Presidente da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de Março de 2026.

ELIAQUIM FERREIRA MENDONÇA
Vereador Presidente

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
53
FOLHAS

MINUTA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º ___/2026.

Contrato de prestação de serviços de que entre si fazem, de um lado a Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob N.º 25.063.975/0001-90, neste ato representado pelo o atual Vereador Presidente da Câmara Municipal o Senhor ELIAQUIM FERREIRA MENDONÇA, brasileiro, portador do CPF: 033.025.191-09 e RG: 902.648 - SSP/TO, com residência e domiciliado na Rua 03 lote 91 quadra 92 s/n, Centro, CEP: 77.777-000, neste Município de Campos Lindos, Estado do Tocantins, aqui denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ: _____, localizada na _____, aqui denominado simplesmente CONTRATADO, de acordo com a Dispensa de Licitação nº ___/2026, e as cláusulas e condições seguintes:

JUSTIFICATIVA; A celebração da presente dispensa de licitação, está de acordo com o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

DO OBJETO E PRAZO.

CLÁUSULA PRIMEIRA: por força deste contrato fica o CONTRATADO obrigado a fazer a prestação de serviços de _____, destinado a suprir as necessidades deste Poder Legislativo em virtude da demanda existente pelo período de __ de _____ de 2026 a __ de _____ de 2026, sendo que o prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o CONTRATANTE.

DO VALOR

CLÁUSULA SEGUNDA: pelos serviços aqui contratados, pagará o CONTRATANTE ao CONTRADO a importância Justa e certa no valor global de R$: _____ (_____) brutos, no qual serão pagos de acordo com a execução dos serviços ou a disponibilidade financeira, ficando reconhecidos os direitos do Poder Legislativo Municipal em caso de rescisão administrativa conforme artigo 138 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, aplicando-se ao presente contrato as normas do Direito Civil Brasileiro, nos casos omissos.

Item	Descrição do Serviço	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
....	.....	....	....	....	....
Valor Global .....R$:					....

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: _____ – _____ – Elemento de Despesa: _____ - _____ - Fonte de Recursos: _____ - _____.

DAS RESPONSABILIDADES
DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATADO se compromete a executar para a CONTRATANTE a prestação dos serviços de acordo com a cláusula primeira e dentro das normas estabelecidas pela CONTRATANTE, em consonância com as exigências junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Tribunal de Contas da União, Lei de Licitações, Lei e Normas de Convênios, Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal, e ainda em todo e qualquer regulamento atinente

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
54
FOLHAS

ao objeto contratado, respondendo civil e criminalmente, por qualquer prejuízo que causa, em decorrência da má execução dos mesmos.

CLÁUSULA QUINTA: A CONTRATADA se compromete a executar a prestação dos serviços de acordo com o estabelecido neste contrato, desde que a CONTRATANTE cumpra em tempo hábil os encargos de suas responsabilidades, aqui estabelecidos, podendo ter sua vigência prorrogada por iguais e sucessivos períodos de acordo com o que preceitua o artigo 107 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, como também poderá ser reajustado o preço conforme artigo e artigo 125 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

CLÁUSULA SEXTA: Fornecer, sempre que solicitado, documentos que comprovem a manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como os que comprovem a regularidade de situação de seus empregados.

CLÁUSULA SETIMA: executar os serviços de acordo com as especificações e quantidades conforme solicitados neste Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA: Executar os serviços dentro do prazo estabelecido no presente Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA: Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;

CLÁUSULA DECIMA: Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa da vencedora ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidas por força de Lei, ligados ao cumprimento da presente contratação.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA: Ser a única e exclusiva responsável pela mão de obra aplicada para execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA: Manter, para fiel atendimento do objeto do presente termo de referência, em perfeito estado de funcionamento, manutenção e desempenho, os equipamentos utilizados na execução dos serviços, obedecendo todas as normas aplicáveis.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA: Prestar os serviços de forma adequada e segura, respeitando toda a legislação vigente incidente sobre o objeto do contrato, em especial.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA: Reparar ou refazer, sem qualquer ônus para a contratante, os serviços que, a critério da Câmara Municipal e orçamentos, não tenham sido bem executados ou que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA: Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência e no edital.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA: Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente credenciamento, em especial encargo social, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
55
FOLHAS

CLÁUSULA DECIMA SETIMA: Responder diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA: A inadimplência da contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA DECIMA NONA: Se submeter às normas vigentes da Câmara Municipal, bem como outras que vierem a ser editadas, quanto ao fluxo de atendimento.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Caberá à contratante, às suas expensas, dentre outras obrigações legais e/ou constantes do presente termo de referência:

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Efetuar o pagamento à vencedora até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após o recebimento do serviço, contra apresentação da Nota Fiscal/Fatura, mediante liberação pelo controle interno;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do contrato através de servidor designado para este fim.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto contratado;

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Solicitar a reparação dos serviços que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita ou apresentar defeito ou falhas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada os serviços;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SETIMA: Fiscalizar a entrega dos serviços, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste termo de referência e no edital.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: Disponibilizar local para a prestação dos serviços e organização de todos os documentos físicos proeminentes de prestação de contas, relatórios e projetos desenvolvidos no âmbito da municipalidade.

DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO A SER CELEBRADO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: A fiscalização do contrato a ser celebrado com a Câmara Municipal ficara a cargo da Senhora Mariely Alves da Silva.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: Para o exercício da função, o fiscal deverá receber cópias dos documentos essenciais da contratação pelo setor de contratos, a exemplo dos Estudos Preliminares, do ato convocatório e seus anexos, do contrato, da proposta da contratada, da garantia, quando houver, e demais documentos indispensáveis à fiscalização

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
56
FOLHAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: A indicação do gestor, fiscal e seus substitutos caberá o Vereador Presidente da Câmara Municipal, de acordo com o funcionamento de seus processos de trabalho e sua estrutura organizacional.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA: Será facultada a contratação de terceiros para assistir ou subsidiar as atividades de fiscalização do representante da Administração, desde que justificada a necessidade de assistência especializada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA: O gestor ou fiscal e seus substitutos deverão elaborar relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos serviços referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA: A qualquer das partes que der motivo à rescisão do presente contrato, ou que descumprir qualquer uma de suas cláusulas, ficará sujeito à multa de 10% (Dez por cento) sobre seu valor pagável de uma vez, em cima do valor total do contrato, no ato da rescisão.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA: A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato, sema incidência de ônus, nas hipóteses dos artigos 137 e 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

PARAGRAFO ÚNICO: Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções do artigo 139, inciso III da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

DO FORO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA: De comum acordo, fica eleito o Foro da Comarca de Goiatins, Estado do Tocantins, para dirigir as dúvidas oriundas do presente contrato, excluindo qualquer, outro, por mais privilegiado que seja.

Campos Lindos - TO, __ de _____ de 2026.

CONTRATANTE: ELIAQUIM FERREIRA MENDONÇA
Vereador Presidente

CONTRATADO: XXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ: _____

TESTEMUNHAS:

1ª - _____
CPF:

2ª - _____
CPF:

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
57
FOLHAS

PARECER JURÍDICO
SOBRE A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 010/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

INTERESSADA: Câmara Municipal de Campos Lindos/TO.

ASSUNTO: Parecer Jurídico da dispensa de licitação para a contratação de empresa para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos/TO, em virtude da demanda existente.

PARECER JURÍDICO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL - PCA PARA O ANO DE 2027, O ENVIO E PROTOCOLO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS, EM CONFORMIDADE COM A LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 E O EXIGIDO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS, PARA A ANÁLISE E PARECER PELA ASSESSORIA JURÍDICA NA FORMA DA LEI.

Foi solicitada a emissão de parecer jurídico acerca da contratação a empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína/TO, para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos/TO, em virtude da demanda existente, sendo que esta contratação é de extrema necessidade para que não haja paralisações dos serviços essenciais deste poder legislativo desta Municipalidade.

O tema analisado tem tratamento destacado em nossa doutrina e jurisprudência. Isto porque se tem como regra a realização do procedimento licitatório, e como medida excepcional, a sua dispensa, no Artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, em seus incisos, traz os casos em que não se exige a realização de licitação.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
58
FOLHAS

Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público, no entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa de licitação.

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta, sendo que na dispensa, há possibilidade de competição que justifique a licitação; de modo que a lei faculta a dispensa, que fica inserida na competência discricionária da Administração. Somente é inexigível a licitação, quando se torna inviável a competição, ou seja, a disputa entre dois ou mais licitantes. Existindo dois ou mais competidores capazes de oferecer condições de exame de suas propostas, na forma do edital, a Administração terá de submeter-se à licitação; o Artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia;

Verifica-se a subsunção da previsão legal acima transcrita ao objeto da contratação em comento, de maneira a ser permitida ao Poder Legislativo Município de Campos Lindos/TO. a contratação direta, **enquanto perdurar as condições legais e dentro da estrita necessidade de atendimento do ente Municipal, a fim de não ocorrer paralisação dos serviços públicos, observado o preço de mercado, o custo benefício de haver a contratação fora da unidade federativa Municipal, enfim, mediante a ponderação do binômio custo, benefício, associado à proposta mais vantajosa para a Administração.**

A dispensa de licitação, como modalidade de contratação direta, exige um procedimento prévio e determinado, destinado a assegurar a prevalência dos princípios jurídicos fundamentais, em que é imprescindível a observância de etapas e formalidades legais.

Desse modo, ainda que se trate de contratação direta, é necessária a formalização de um procedimento licitatório que culmine na celebração do contrato. Nesse sentido, vejamos o ensinamento de Marçal Justen Filho:

> "...os casos de dispensa e dispensa de licitação envolvem, na verdade, um procedimento especial e simplificado para seleção do contrato mais vantajoso para a Administração Pública. Há uma série ordenada de atos, colimando selecionar a melhor proposta e o contratante mais adequado. 'Ausência de licitação' não significa desnecessidade de observar formalidades prévias (tais como verificação da necessidade e conveniência da contratação, disponibilidade recursos etc.). Devem ser

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
59
FOLHAS

> observados os princípios fundamentais da atividade administrativa, buscando selecionar a melhor contratação possível, segundo os princípios da licitação" (grifado). E mais adiante arremata o referido autor: "a Administração deverá definir o objeto a ser contratado e as condições contratuais a serem observadas. A maior diferença residirá em que os atos internos conduzirão à contratação direta, em vez de propiciar prévia licitação. Na etapa externa, a Administração deverá formalizar a contratação". (Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 7ª ed. Pág. 295/297. São Paulo: Dialética, 2000.)

Desta feita, considerando as peculiaridades acima evidenciadas e que a empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína/TO, e uma empresa especializada e habilitada para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir as necessidades junto a Câmara Municipal de Campos Lindos/TO, em virtude da demanda existente, sendo que esta contratação é de extrema necessidade para que não haja paralisações dos serviços essenciais desta Municipalidade, tendo em vista que os valores oferecidos estão dentro dos praticado no mercado, conforme cotações constantes no processo.

Deve-se, todavia, esclarecer, que para ser possível a contratação direta por dispensa de licitação, está de acordo com o Artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, no presente caso, como em qualquer contratação direta, o preço ajustado deve ser coerente com o praticado no mercado, eis que a validade da contratação depende da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública, e que sua contratação está de acordo com a Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

Finalidade e abrangência do parecer jurídico

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLC):

> Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.
> § 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:
> I - Apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
> II - Redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
60
FOLHAS

> e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

> Enunciado BPC nº 7
>
> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

Ante o exposto, nos termos do art. 53, caput e §4º, da Lei nº 14.133/2021, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela legalidade do processo de contratação, para a contratação de serviços, por meio de Dispensa de Licitação conforme Artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, opinando, assim, favoráveis à legalidade da realização da contratação nessa modalidade.

Assim, esta Assessoria Jurídica, após exame das regras e condições aqui fixadas, não observei quaisquer ofensas a Lei Federal n° 14.133 de 1° de abril de 2021 e demais normas e princípios que regem a matéria.

Uma vez adotadas as providências assinaladas, sendo conveniente e oportuno para a administração, opina-se pela realização da contratação direta por meio de dispensa de licitação, conforme Artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

Campos Lindos/TO, 30 de Março de 2026.

Salvo Melhor Juízo, este é o parecer.

DANILO BORGES DOS SANTOS

Assinado de forma digital por DANILO BORGES DOS SANTOS
Dados: 2026.03.30 10:07:16 -03'00'

Danilo Borges - Sociedade Individual de Advocacia
CNPJ: 42.454.353/0001-01
OAB/TO: 10.795-B
Assessoria Jurídica

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
61
FOLHAS

A U T U A Ç Ã O

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

A comissão de contratação da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, reunida na sala da comissão na sede do órgão, sito na Rua Leonilio Soares Gil Nº 80 - CEP: 77.777-000 - Fone: (63) 3484-1180, Campos Lindos - TO, em conformidade com o que dispõe o caput do artigo n. 54 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, resolvem numerar sob o nº. 010/2026, na modalidade de dispensa de licitação, cujo o objetivo e a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

Sala da comissão de contratação da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de Março de 2026.

Verª. Isalene Ramos Torres
Membro

Ver. Ideunires Ramos Cruz
Membro

Ver. Clailton Soares Machado
Agente de Contratação

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
62
FOLHAS

DESPACHO DO VEREADOR PRESIDENTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

O Vereador Presidente da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, como também nas disposições contidas na Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, autoriza a comissão de contratação, a proceder a analise do procedimento para a contratação por dispensa de licitação da empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

Gabinete do Vereador Presidente Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, aos 30 dias do mês de Março de 2026.

ELIAQUIM FERREIRA MENDONÇA
Vereador Presidente

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
63
FOLHAS

DESPACHO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

Do: Agente de Contratação;

Para: Gabinete do Vereador Presidente.

Senhor Vereador Presidente,

À vista de seu questionamento nos termos do despacho, integrante deste processo opinou pela contratação por dispensa de licitação da empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

O fundamento da contratação da Instituição está no caput do artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 da lei de Licitações e contratos Administrativos, por dito dispositivo a contratação será legítima, pois está respeitando o princípio da legalidade e economicidade, de outra parte, o valor a ser pago enquadra-se no limite de dispensa.

A solicitação de Vossa Senhoria, ademais, foi discutida em reunião desta Comissão e o presente entendimento foi aprovado pela unanimidade de seus membros.

Campos Lindos - TO, aos 31 dias do mês de Março de 2026.

Ver. Clailton Soares Machado
Agente de Contratação

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
64
FOLHAS

MEMORANDO INTERNO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

31 de Março de 2026

Da: **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO;**

Para: **ASSESSORIA CONTÁBIL.**

ASSUNTO: SOLICITA INFORMAÇÃO SOBRE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Com vistas à abertura de processo de dispensa de licitação que visa a contratação da empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

Solicitamos informações sobre dotação orçamentária e elemento de despesas.

Atenciosamente,

Ver. Clailton Soares Machado
Agente de Contratação

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

MEMORANDO INTERNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

Da: **ASSESSORIA CONTÁBIL.**

Para: **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO.**

ASSUNTO: INFORMAÇÕES SOBRE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ref: Contratação de empresa especializada para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

Comunicamos que existe recurso orçamentário para a devida contratação solicitada, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

CONFORME DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	ELEMENTO DE DESPESAS	NOMECLATURA
01.031.0001.2-004	3.3.90.39.00.00	Manutenção do Administrativo da Câmara.
FONTE DE RECURSO	1.500.0000.000.000 - Recurso Próprio	

Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, 31 de Março de 2026.

CLEUZIVAN FERNANDES DA ROCHA:90393074153

Assinado de forma digital por CLEUZIVAN FERNANDES DA ROCHA:90393074153

CLEUZIVAN FERNANDES DA ROCHA
CRC/TO: 002528/O-0
Assessoria Contábil

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
66
FOLHAS

C E R T I D Ã O

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

CERTIFICAMOS para o fim do disposto no Art. 16, II, da Lei Complementar nº. 101/2000, de 04 de junho de 2000, e para efeito de contratação da empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, em virtude da demanda existente, que a despesa tem adequação orçamentária e financeira anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, sendo constatada a existência de dotação orçamentária abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.031.0001.2-004 - Manutenção do Administrativo da Câmara

ELEMENTO DE DESPESA:
3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica.

FONTE DE RECURSOS:
1.500.0000.000.000 - Recursos Próprio

Sala do Secretário Administrativo da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, ao 01 dias do mês de Abril de 2026.

LEONILIO SOARES GIL NETO
Secretário Administrativo

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
67
FOLHAS

CERTIDÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

CERTIFICO para os devidos fins que se fizerem necessários que de acordo com o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, referente à Dispensa de Licitação para a contratação da empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente, foi Publicado no placar Oficial deste Órgão no dia 01 de Abril de 2026, devendo permanecer assim por 30 (trinta) dias.

Por ser verdade, firmo o presente.

Campos Lindos - TO, 01 de Abril de 2026.

LEONILIO SOARES GIL NETO
Secretário Administrativo

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
68
FOLHAS

PARECER DO CONTROLE INTERNO
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

O Processo em analise por esse controle é referente ao procedimento licitatório realizado na modalidade Dispensa de Licitação nº 010/2026, objetivando a contratação da empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

O administrador pode fazer a contratação direta, desde que movido pelo interesse público, fazer uso da discricionariedade que lhe foi conferida pela Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

É o relatório.

DO CONTROLE INTERNO

Os Artigos 31, 70 e 74 da CF/88, determinam as competências do controle interno na administração pública municipal, surgiu da necessidade de assegurar aos gestores o cumprimento das leis, normas e políticas vigentes, através do estabelecimento de mecanismos de controle que possibilitem informações à sociedade, impedindo a ocorrência de fraudes e desperdícios, servindo de instrumento que visa garantir a efetividade, a produtividade, a economicidade e a rapidez na prestação do serviço público.

O controle interno é fundamental para se atingir resultados favoráveis em qualquer organização. Na gestão pública os mecanismos de controle existentes previnem o erro, a fraude e o desperdício, trazendo benefícios à população.

DA ANÁLISE DO PROCESSO

O procedimento administrativo instalado para realização da Licitação na modalidade Dispensa de Licitação, cuja regulamentação consta com fulcro no artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, cuja aplicação é subsidiária nessa modalidade de licitação.

Verificamos que o procedimento obedeceu aos Princípios Administrativos, estando subordinada a Lei de Licitação 14.133 de 01 de Abril de 2021, tendo como fase inicial, interna, definida como preparatória da Licitação, a mesma disciplina legal das modalidades licitatórias dispostas na referida Lei. Conclui-se então que a referida modalidade licitatória de dispensa de licitação, cujo o objetivo e a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
69
FOLHAS

Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinados a suprir as necessidades junto a Câmara Municipal, em virtude da demanda existente.

Analisamos toda a documentação e constatamos que estão regulares e obedeceram aos requisitos do Edital;

1 - Solicitação da despesa através do DFD - Documento de Formalização de Demanda por parte do Secretário Administrativo deste Poder Legislativo.
2 - ETP - Estudo Técnico Preliminar.
3 - TR - Termo de Referência.
4 - Despacho do Vereador Presidente sobrea a viabilidade de abertura de licitação.
5 - Despacho do Agente de Contratação para a assessoria Jurídica sobre a viabilidade de contratação.
6 - Parecer da Assessoria Jurídica.
7- Autuação da Comissão de Contratação
8 - Despacho do Vereador Presidente para prosseguimento da licitação.
9 - Despacho do Agente de Contratação.
10 - Memorando do Agente de Contratação solicitando a existência de recurso orçamentário.
11 - Despacho atestando a capacidade financeira de arcar com a despesa e a dotação orçamentária feita pelo Setor de Contabilidade.
12 - Despacho para a homologação do Vereador Presidente.

CONCLUSÃO:

Após o exame dos itens que compõem a análise do procedimento licitatório, assim como, atendidas as condições habilitarias do procedimento na modalidade de Dispensa de Licitação, a contratação se dará em virtude do valor do custo dos cursos se enquadrar dentro do limite de dispensa de licitação, conforme previas cotações em anexo a este processo e de acordo com o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, sendo que a proposta vencedora foi a da empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, no qual ofertou o menor preço, estando de acordo com os preços de mercado e está devidamente habilitado, existindo previsão orçamentária para realização das despesas previstas.

Assim, após o exame do processo, entendemos que o mesmo está de acordo com a legislação vigente e apto para que seja dado prosseguimento às demais etapas subsequentes.

É o parecer.

Campos Lindos - TO, 01 de Abril de 2026.

Amanda Alves Arruda.
AMANDA ALVES ARRUDA
Controle Interno

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
170
FOLHAS

CERTIDÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

CERTIFICO para os devidos fins que se fizerem necessários que de acordo com o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, referente à Dispensa de Licitação para a contratação junto a empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, para fazer executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, para atendimento do junto a Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente, foi Publicado no placar Oficial deste Órgão no dia 01 de Abril de 2026, devendo permanecer assim por 30 (trinta) dias.

Por ser verdade, firmo o presente.

Campos Lindos - TO, 01 de Abril de 2026.

ELIAQUIM FERREIRA MENDONÇA
Vereador Presidente

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
FOLHAS 71

ADJUDICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

A comissão de contratação, por esta subscreve o presente certame da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins.

FAZ SABER QUE:

Art. 1º. ADJUDICAR a empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, para fazer executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, para atendimento do junto a Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

.

Art. 2º. O presente termo entra e vigor nesta data, obedecendo aos princípios da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

Sala da comissão de contratação da Câmara Municipal de Campos Lidos - TO, ao 01 dia do mês de Abril de 2026.

Verª. Isalene Ramos Torres
Membro

Ver. Ideunires Ramos Cruz
Membro

Ver. Clailton Soares Machado
Agente de Contratação

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
72
FOLHAS

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO VEREADOR PRESIDENTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITACÃO Nº 010/2026.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

Considerando, que o presente procedimento encontra-se de conformidade com a legislação pertinente, e o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, de acordo com os pareceres do Departamento Jurídico e Comissão de Contratação, HOMOLOGO a dispensa de licitação, cujo o objetivo e a contratação da empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir as necessidades junto a Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

Cumpridas as formalidades, publique-se e cumpra-se,

Campos Lindos - TO, 01 de Abril de 2026.

ELIAQUIM FERREIRA MENDONÇA
Vereador Presidente

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
73
FOLHAS

EXTRATO DO CONTRATO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

PARTES SIGNATÁRIAS:

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS - TO;
CONTRATADO: LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME;
CNPJ: 40.307.945/0001-75;
END: RUA ANTÔNIO BELARMINO RIBEIRO NETO S/N, QUADRA 02, LOTE 15, CEP: 77.819-224, SETOR BARRA DA GROTA;
CIDADE: ARAGUAÍNA - TO.

OBJETO: Contratação de empresa para a execução da prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº: 016/2026.

VALOR GLOBAL ..... R$: 13.000,00 (Treze mil reais) brutos.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Dispensa de licitação nº 010/2026.

BASE LEGAL: Artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

DATA DE ASSINATURA: 01 de Abril de 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.031.0001.2-004 - Manutenção do Administrativo da Câmara

ELEMENTO DE DESPESA:
3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica.

FONTE DE RECURSOS: 1.500.0000.000.000 - Recurso Próprio

Campos Lindos - TO, 01 de Abril de 2026.

ELIAQUIM FERREIRA MENDONÇA
Vereador Presidente

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
74
FOLHAS

DECRETO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

"Dispõe sobre a dispensa de licitação para a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins".

O Vereador Presidente da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, especialmente ao que dispõe na Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno, e com fulcro no que estabelece o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

CONSIDERANDO a solicitação do Secretário Administrativo da Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, visando a contratação direta por dispensa de licitação de empresa para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

CONSIDERANDO que esta contratação é de extrema necessidade para que não haja paralisações dos serviços essenciais do Poder Legislativo deste Município de Campos Lindos - TO, tendo em vista que é direito fundamental garantido pela Magna Carta de 1.988, e sua falta caracteriza prejuízo a um serviço público essencial, o que abre espaço para a realização do contrato na forma da lei.

DETERMINO, através do presente ato e após consulta realizada a assessoria Jurídica do Poder Legislativo Municipal e a emissão do parecer para a viabilidade da prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.

RESOLVE:

Art.1º-Fica autorizada a contratação direta, por dispensa de licitação, junto a empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, de acordo com o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Vereador Presidente da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, ao 01 dia do mês de Abril de 2026.

ELIAQUIM FERREIRA MENDONÇA
Vereador Presidente

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
75
FOLHAS

ORDEM DE FOMALIZAÇÃO DE CONTRATO
DECRETO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

A Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, através de seu Vereador Presidente o Senhor ELIAQUIM FERREIRA MENDONÇA, autoriza a formalização do contrato junto à empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, cujo o objetivo e a contratação de prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente, conforme proposta apresentada no valor global de R$: 13.000,00 (Treze mil reais) brutos.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0001.2-004 - Manutenção do Administrativo da Câmara
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica.
FONTE DE RECURSO: 1.500.0000.000.000 - Recurso Próprio.

Campos Lindos - TO, 01 de Abril de 2026.

ELIAQUIM FERREIRA MENDONÇA
Vereador Presidente

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
76
FOLHAS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 016/2026.

Contrato de prestação de serviços de que entre si fazem, de um lado a Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob N.º 25.063.975/0001-90, neste ato representado pelo o atual Vereador Presidente da Câmara Municipal o Senhor ELIAQUIM FERREIRA MENDONÇA, brasileiro, portador do CPF: 033.025.191-09 e RG: 902.648 - SSP/TO, com residência e domiciliado na Rua 03 lote 91 quadra 92 s/n, Centro, CEP: 77.777-000, neste Município de Campos Lindos, Estado do Tocantins, aqui denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, aqui denominado simplesmente CONTRATADO, de acordo com a Dispensa de Licitação nº 010/2026, e as cláusulas e condições seguintes:

JUSTIFICATIVA; A celebração da presente dispensa de licitação, está de acordo com o artigo 75, inc. II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

DO OBJETO E PRAZO.

CLÁUSULA PRIMEIRA: por força deste contrato fica o CONTRATADO obrigado a fazer a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir as necessidades deste Poder Legislativo em virtude da demanda existente pelo período de 01 de Abril de 2026 a 31 de Dezembro de 2026, sendo que o prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o CONTRATANTE.

DO VALOR

CLÁUSULA SEGUNDA: pelos serviços aqui contratados, pagará o CONTRATANTE ao CONTRADO a importância Justa e certa no valor global de R$: 13.000,00 (Treze mil reais) brutos, no qual será pago de acordo com a execução dos serviços ou a disponibilidade financeira, ficando reconhecidos os direitos do Poder Legislativo Municipal em caso de rescisão administrativa conforme artigo 138 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, aplicando-se ao presente contrato as normas do Direito Civil Brasileiro, nos casos omissos.

Item	Descrição do Serviço	Quant.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
01	Contratação de empresa para a execução da prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em	01	Serv.	13.000,00	13.000,00

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
77
FOLHAS

	conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente.				
				Valor Global .....R$:	**13.000,00**

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA TERCEIRA: As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: 01.031.0001.2-004 - Manutenção do Administrativo da Câmara - Elemento de Despesa - 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica - Fonte de Recurso: 1.500.0000.000.000 - Recurso Próprio.

DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATADO se compromete a executar para a CONTRATANTE a prestação dos serviços de acordo com a cláusula primeira e dentro das normas estabelecidas pela CONTRATANTE, em consonância com as exigências junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Tribunal de Contas da União, Lei de Licitações, Lei e Normas de Convênios, Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal, e ainda em todo e qualquer regulamento atinente ao objeto contratado, respondendo civil e criminalmente, por qualquer prejuízo que causa, em decorrência da má execução dos mesmos.

CLÁUSULA QUINTA: O CONTRATADO se compromete a acompanhar e fiscalizar a execução e a qualidade dos serviços a serem executados e dos materiais a serem empregado, comunicando possíveis irregularidades ao setor competente.

CLÁUSULA SEXTA: Fornecer, sempre que solicitado, documentos que comprovem a manutenção de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como os que comprovem a regularidade de situação de seus empregados.

CLÁUSULA SETIMA: executar os serviços de acordo com as especificações e quantidades conforme solicitados neste Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA: Executar os serviços dentro do prazo estabelecido no presente Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA: Assumir toda a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da presente licitação;

CLÁUSULA DECIMA: Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa da vencedora ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a serem exigidas por força de Lei, ligados ao cumprimento da presente contratação.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
78
FOLHAS

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA: Ser a única e exclusiva responsável pela mão de obra aplicada para execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA: Manter, para fiel atendimento do objeto do presente termo de referência, em perfeito estado de funcionamento, manutenção e desempenho, os equipamentos utilizados na execução dos serviços, obedecendo todas as normas aplicáveis.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA: Prestar os serviços de forma adequada e segura, respeitando toda a legislação vigente incidente sobre o objeto do contrato, em especial.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA: Reparar ou refazer, sem qualquer ônus para a contratante, os serviços que, a critério da Câmara Municipal e orçamentos, não tenham sido bem executados ou que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA: Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência e no edital.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA: Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no presente credenciamento, em especial encargo social, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

CLÁUSULA DECIMA SETIMA: Responder diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à contratante ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA: A inadimplência da contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere a contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

CLÁUSULA DECIMA NONA: Se submeter às normas vigentes da Câmara Municipal, bem como outras que vierem a ser editadas, quanto ao fluxo de atendimento.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Caberá à contratante, às suas expensas, dentre outras obrigações legais e/ou constantes do presente termo de referência:

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Efetuar o pagamento à vencedora até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, após o recebimento do serviço, contra apresentação da Nota Fiscal/Fatura, mediante liberação pelo controle interno;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do contrato através de servidor designado para este fim.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
79
FOLHAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto contratado;

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: Solicitar a reparação dos serviços que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita ou apresentar defeito ou falhas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada os serviços;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SETIMA: Fiscalizar a entrega dos serviços, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste termo de referência e no edital.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA: Disponibilizar local para a prestação dos serviços e organização de todos os documentos físicos proeminentes de prestação de contas, relatórios e projetos desenvolvidos no âmbito da municipalidade.

DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO A SER CELEBRADO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: A fiscalização do contrato a ser celebrado com a Câmara Municipal ficara a cargo da Senhora Mariely Alves da Silva.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: Para o exercício da função, o fiscal deverá receber cópias dos documentos essenciais da contratação pelo setor de contratos, a exemplo dos Estudos Preliminares, do ato convocatório e seus anexos, do contrato, da proposta da contratada, da garantia, quando houver, e demais documentos indispensáveis à fiscalização

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: A indicação do gestor, fiscal e seus substitutos caberá o Vereador Presidente da Câmara Municipal, de acordo com o funcionamento de seus processos de trabalho e sua estrutura organizacional.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA: Será facultada a contratação de terceiros para assistir ou subsidiar as atividades de fiscalização do representante da Administração, desde que justificada a necessidade de assistência especializada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA: O gestor ou fiscal e seus substitutos deverão elaborar relatório registrando as ocorrências sobre a prestação dos serviços referentes ao período de sua atuação quando do seu desligamento ou afastamento definitivo.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA: A qualquer das partes que der motivo à rescisão do presente contrato, ou que descumprir qualquer uma de suas cláusulas, ficará sujeito à multa de 10% (Dez por cento) sobre seu valor pagável de uma vez, em cima do valor total do contrato, no ato da rescisão.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
80
FOLHAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA: A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato, sema incidência de ônus, nas hipóteses dos artigos 137 e 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

PARAGRAFO ÚNICO: Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções do artigo 139, inciso III da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

DO FORO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA: De comum acordo, fica eleito o Foro da Comarca de Goiatins, Estado do Tocantins, para dirigir as dúvidas oriundas do presente contrato, excluindo qualquer, outro, por mais privilegiado que seja.

Campos Lindos - TO, 01 de Abril de 2026.

ELIAQUIM FERREIRA MENDONCA:03302519109
Assinado de forma digital por ELIAQUIM FERREIRA MENDONCA:03302519109
Dados: 2026.04.01 12:15:54 -03'00'

CONTRATANTE: ELIAQUIM FERREIRA MENDONÇA
Vereador Presidente

LUIZ CARLOS DA CONCEICAO:02864961199
Assinado de forma digital por LUIZ CARLOS DA CONCEICAO:02864961199
Dados: 2026.04.01 12:50:22 -03'00'

CONTRATADO: LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME
CNPJ: 40.307.945/0001-75

TESTEMUNHAS:

1ª - _____
CPF:

2ª - _____
CPF:

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
81
FOLHAS

CERTIDÕES

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS TO
82
FOLHAS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
40.307.945/0001-75 **MATRIZ**		**08/01/2021**

NOME EMPRESARIAL
40.307.945 LUIZ CARLOS DA CONCEICAO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação
77.32-2-02 - Aluguel de andaimes
59.12-0-99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
82.19-9-01 - Fotocópias
90.01-9-02 - Produção musical
73.19-0-02 - Promoção de vendas
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
96.09-2-99 - Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
82.30-0-02 - Casas de festas e eventos

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R ANTONIO BELARMINO RIBEIRO NETO	**SN**	**QUADRA 02;LOTE 15**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
77.819-224	**BARRA DA GROTA**	**ARAGUAINA**	**TO**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
LUIZCARLOSDCONCEICAO31@GMAIL.COM	**(63) 9135-8504**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**28/11/2023**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **17/03/2026** às **18:18:41** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
83
FOLHAS

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

Empresário(a)

Nome Civil
LUIZ CARLOS DA CONCEICAO

CPF
028.649.611-99

CNPJ
40.307.945/0001-75

Data de Abertura
08/01/2021

Nome Empresarial
40.307.945 LUIZ CARLOS DA CONCEICAO

Capital Social
30.000,00

Situação Cadastral Vigente
ATIVA

Data da Situação Cadastral
08/01/2021

Endereço Comercial

CEP	Logradouro	Número	Complemento
77819-224	RUA ANTONIO BELARMINO RIBEIRO NETO	SN	QUADRA 02; LOTE 15

Bairro	Munícipio	UF
BARRA DA GROTA	ARAGUAINA	TO

Situação Atual
Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período	Início	Fim
1º período	08/01/2021	-

Atividades

Forma de Atuação
Internet, Em local fixo fora da loja

Ocupação Principal
Animador(a) de festas independente

Atividade Principal (CNAE)
9329-8/99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente

Ocupações Secundárias	Atividades Secundárias (CNAE)
Digitador(a) independente	8219-9/99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
Promotor(a) de eventos, independente	8230-0/01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
Promotor(a) de vendas, independente	7319-0/02 - Promoção de vendas
Proprietário(a) de carro de som para fins publicitários, independente	7319-0/99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente
Técnico(a) de sonorização e de iluminação independente	9001-9/06 - Atividades de sonorização e de iluminação

Proprietário(a) de casas de festas e eventos, independente	8230-0/02 - Casas de festas e eventos
Instrutor(a) de cursos gerenciais, independente	8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
Locutor(a) de mensagens fonadas e ao vivo, independente	9609-2/99 - Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente
Editor(a) de vídeo, independente	5912-0/99 - Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
Fotocopiador(a) independente	8219-9/01 - Fotocópias
Cantor(a)/músico(a) independente	9001-9/02 - Produção musical
Locador de andaimes, independente	7732-2/02 - Aluguel de andaimes

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
84
FOLHAS

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: https://mei.receita.economia.gov.br/certificado.
Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

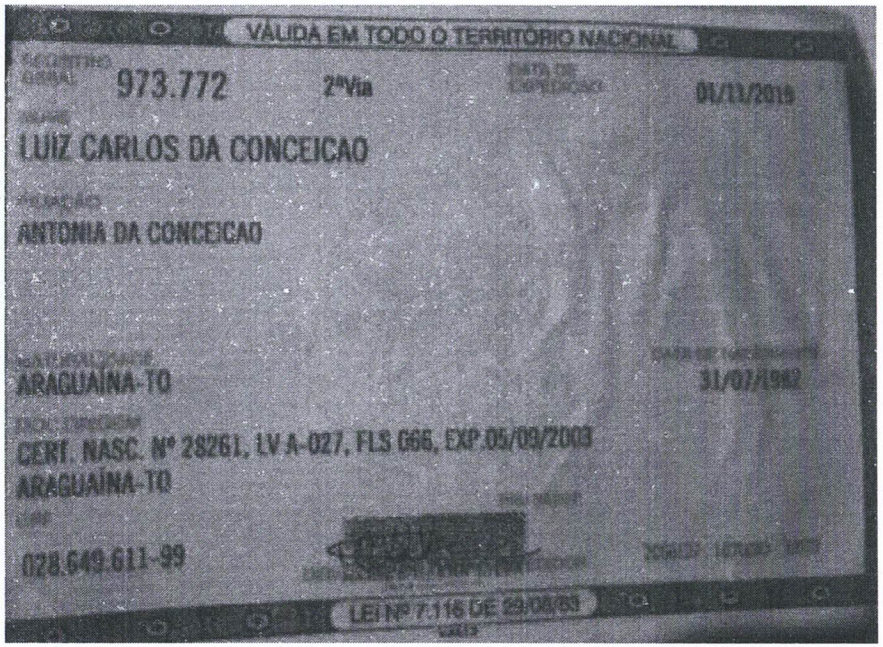
CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
85
FOLHAS



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
40.307.945/0001-75
NOME EMPRESARIAL:
40.307.945 LUIZ CARLOS DA CONCEICAO
CAPITAL SOCIAL:
R$30.000,00 (Trinta mil reais)

NÃO HÁ INFORMAÇÃO DE QUADRO DE SÓCIOS E ADMINISTRADORES (QSA) NA BASE DE DADOS DO CNPJ





CÂMARA MUN. DE CARMOS LINDOS-TO
FOLHAS 18

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO TOCANTINS

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS - TO
88
FOLHAS

1ª INSTÂNCIA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E/OU RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

N. 90232ab6

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

LUIZ CARLOS DA CONCEIçãO - ME

CNPJ n. 40.307.945/0001-75

Certidão emitida em: 18/03/2026, às 16:22:46 (data e hora de Brasília)

Observações:

a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;

b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;

c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.

d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.

e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;

f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj

g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;

h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 18/03/2026, 16:22:47

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão
7756991

Validador
895891800541553624639774552462 77

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA JURÍDICA

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
89
FOLHAS

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ : 40.307.945/0001-75 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

ATIVIDADE ECONÔMICA:

ENDEREÇO:

MUNICÍPIO: -

FINALIDADE:
LICITAÇÃO

HISTÓRICO:
NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço http://www.to.gov.br/sefaz

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente , o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Quarta-feira, 18 de Março de 2026 - 16h 06m 00s **Emitida Via INTERNET**

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Esta certidão está vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
90
FOLHAS

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: 40.307.945 LUIZ CARLOS DA CONCEICAO
CNPJ: 40.307.945/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 07:57:36 do dia 20/12/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/06/2026.
Código de controle da certidão: **CFDA.D56A.3CA0.A082**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PREFEITURA ARAGUAÍNA
CIDADE QUE NÃO PARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
91
FOLHAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE

CERTIDÃO NÚMERO: 470014

DADOS DO CONTRIBUINTE

SUJEITO PASSIVO: **304498 - 40.307.945 LUIZ CARLOS DA CONCEICAO**

CPF/CNPJ: **40.307.945/0001-75**

ENDEREÇO DO CONTRIBUINTE: **ANTONIO BELARMINO NETO Nº SN QUADRA 02;LOTE 15, BARRA DA GROTA, ARAGUAINA / TO, CEP 77819224**

CERTIDÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Fazenda Pública Municipal, atendendo requerimento do contribuinte acima identificado, **CERTIFICA** que, revendo seus arquivos, até a presente data, **INEXISTINDO** pendências, cuja responsabilidade tributaria e/ou fiscal e ao mesmo atribuída.

Ressalva-se a Fazenda Publica no direito de constituir novos créditos cuja responsabilidade possa ser igualmente atribuída ao contribuinte acima identificado e que, porventura, venham a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão, ressalvando-se, mais, no direito de consolidar a inscrição municipal acima epigrafada os débitos porventura vinculados a outras inscrições municipais, em decorrência da não atualização dos dados cadastrais.

Por ser verdade, firma o presente **CERTIDÃO** para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Finalidade: LICITAÇÃO

Quarta-feira, 18 de Março de 2026.

SEGURANÇA:

VALIDADE ATÉ: Terça-feira, 16 de Junho de 2026 (90 dias).

EMITIDA: Quarta-feira, 18 de Março de 2026 às 04:11:19

Código de Validação: 11715470014

QRCode

Certidão emitida gratuitamente.
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
A validade deste documento fica condicionada à verificação de sua autenticidade

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
92
FOLHAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 40.307.945 LUIZ CARLOS DA CONCEICAO (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 40.307.945/0001-75
Certidão nº: 17141510/2026
Expedição: 18/03/2026, às 16:05:07
Validade: 14/09/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **40.307.945 LUIZ CARLOS DA CONCEICAO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **40.307.945/0001-75, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

JUCETINS

Governo do Estado do Tocantins
Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços
Junta Comercial do Estado do Tocantins

Simplifica

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
93
FOLHAS

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: 40.307.945 LUIZ CARLOS DA CONCEICAO

NIRE : 17801342290
Natureza Jurídica: Empresário (Individual)

Protocolo: TOC2500141367

NIRE (Sede)	CNPJ	Arquivamento do Ato de Inscrição	Início de Atividade
17801342290	40.307.945/0001-75	08/01/2021	08/01/2021

Endereço Completo
Rua ANTONIO BELARMINO RIBEIRO NETO, Nº SN, QUADRA 02;LOTE 15, BARRA DA GROTA-Araguaína/TO- CEP77819-224

Objeto
SERVICOS DE ANIMACAO E RECREACAO EM FESTAS E EVENTOS - ANIMADOR DE FESTAS INDEPENDENTE.. SERVICO DE ENTRETENIMENTO MUSICAL - CANTOR/MUSICO INDEPENDENTE. SERVICOS DE DIGITACAO DE DOCUMENTOS - DIGITADOR INDEPENDENTE. SERVICOS DE EDICAO DE VIDEO - EDITOR DE VIDEO, INDEPENDENTE. SERVICOS DE FOTOCOPIAS DE DOCUMENTOS - FOTOCOPIADOR INDEPENDENTE.. SERVICO DE TREINAMENTO E CAPACITACAO GERENCIAL E PROFISSIONAL - INSTRUTOR DE CURSOS GERENCIAIS, INDEPENDENTE. SERVICOS DE ALUGUEL DE ANDAIMES - LOCADOR DE ANDAIMES, INDEPENDENTE. SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS - PROMOTOR DE EVENTOS, INDEPENDENTE.. SERVICOS DE PROMOCAO DE VENDAS E PUBLICIDADE NO LOCAL DA VENDA - PROMOTOR

Capital
R$ 1.000,00 (mil reais)

Porte
MEI (Micro Empreendedor Individual)

Último Arquivamento

Data	Número	Ato/eventos
26/03/2024	ME40537299	002 / 021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

Situação
ATIVA

Status
SEM STATUS

Nome do Empresário: LUIZ CARLOS DA CONCEICAO

Identidade:
973772
Estado civil:
NÃO INFORMADO

CPF:
028.649.611-99
Regime de bens:
NÃO INFORMADO

Esta certidão foi emitida automaticamente em 30/04/2025, às 18:37:20 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.simplifica.to.gov.br**, com o código **A7GFXZAL**.

Erlan Souza Milhomem
Secretário(a) Geral

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
94
FOLHAS

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 40.307.945/0001-75
Razão Social: 40.307.945 LUIZ CARLOS DA CONCEICAO
Endereço: R ANTONIO BELARMINO RIBEIRO NETO SN QUADRA 02;LOTE 15 / BARRA DA GROTA / ARAGUAINA / TO / 77819-224

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/03/2026 a 17/04/2026

Certificação Número: 2026031907276165423762

Informação obtida em 01/04/2026 11:14:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
95
FOLHAS

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 18/03/2026 16:08:04

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **40.307.945 LUIZ CARLOS DA CONCEICAO**
CNPJ: **40.307.945/0001-75**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
96
FOLHAS

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (18/03/2026 às 16:09) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 40.307.945/0001-75.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 69BA.F86C.71A7.D972 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

T E R M O D E A B E R T U R A

Balanço Patrimonial

Número: 1 Folha: 1



Contém este balanço 4 folhas numeradas do No. 1 ao 4 emitidas através de processamento eletronico de dados, que servirá de Balanço Patrimonial da empresa abaixo descrita.

Nome da Empresa....: 40.307.945 LUIZ CARLOS DA CONCEICAO

Ramo.....: Outras atividades de recreação e lazer nao especificadas anteriomente

Endereço.....: R ANTONIO BELARMINO RIBEIRO NETO,S/N,CEP:77.819-224

Complemento.....: QUADRA 02 ; LOTE 15

Bairro.....: BARRA DA GROTA

Municipio.....: ARAGUAINA

Estado.....: TO

Inscrição no CNPJ..: 40.307.945/0001-75

Inscrição Estadual.:

Registro na junta..:

Inscrição Municipal:

ARAGUAINA-TO, 01/01/2023

LUIZ CARLOS DA CONCEICAO
TITULAR
CPF: 028.649.611-99

WALLISON LOPES MEDEIROS
Reg. no CRC - TO sob o No. 006043
CPF: 048.522.641-39

Empresa: **40.307.945 LUIZ CARLOS DA CONEICAO**
C.N.P.J.: **40.307.945/0001-45**
Balanço encerrado em: 31/12/2023

BALANÇO PATRIMONIAL

Código	Classificação	Descrição	Saldo Atual
1	1	**ATIVO**	**25.000,00D**
2	1.1	**ATIVO CIRCULANTE**	**25.000,00D**
3	1.1.1	**DISPONÍVEL**	**25.000,00D**
4	1.1.1.01	**CAIXA**	**25.000,00D**
5	1.1.1.01.001	CAIXA GERAL	25.000,00D
149	2	**PASSIVO**	**25.000,00C**
242	2.3	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**25.000,00C**
243	2.3.1	**CAPITAL SOCIAL**	**20.000,00C**
244	2.3.1.01	**CAPITAL SUBSCRITO**	**20.000,00C**
245	2.3.1.01.001	CAPITAL SOCIAL	20.000,00C
264	2.3.5	**LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS**	**5.000,00C**
265	2.3.5.01	**LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS**	**5.000,00C**
266	2.3.5.01.001	LUCROS ACUMULADOS	5.000,00C

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2023 TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

ARAGUAINA-TO, 31 de Dezembro de 2023

LUIZ CARLOS DA CONCEICAO
TITULAR
CPF: 028.649.611-99

WALLISON LOPES MEDEIROS
Reg. no CRC - TO sob o No. 00006043
CPF: 048.522.641-39

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
98
FOLHAS

Empresa: **40.307.945 LUIZ CARLOS DA CONCEICAO**
C.N.P.J.: 40.307.945/0001-45



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

RECEITA BRUTA		
SERVIÇOS PRESTADOS	5.000,00	5.000,00
RECEITA LÍQUIDA		5.000,00
LUCRO BRUTO		5.000,00
DESPESAS OPERACIONAIS		0,00
RESULTADO OPERACIONAL		5.000,00
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		5.000,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		5.000,00

ARAGUAINA-TO, 31 DEZEMBRO DE 2023

LUIZ CARLOS DA CONCEICAO
TITULAR
CPF: 028.649.611-99

WALLISON LOPES MEDEIROS
Reg. no CRC - TO sob o No. 006043
CPF: 048.522.641-39

T E R M O D E E N C E R R A M E N T O

Balanço Patrimonial

Número: 1 Folha: 4



Contém este balanço 4 folhas numeradas do No. 1 ao 4 emitidas através de processamento eletronico de dados, que serviu de Balanço Patrimonial da empresa abaixo descrita.

Nome da Empresa....: 40.307.945 LUIZ CARLOS DA CONCEICAO

Ramo.....: Outras atividades de recreação e lazer nao especificadas anteriomente

Endereço.....: R ANTONIO BELARMINO RIBEIRO NETO,S/N,CEP:77.819-224

Complemento.....: QUADRA 02;LOTE 15

Bairro.....: BARRA DA GROTA

Municipio.....: ARAGUAINA

Estado.....: TO

Inscrição no CNPJ..: 40.307.945/0001-75

Inscrição Estadual.:

Registro na junta..:

Inscrição Municipal:

ARAGUAINA-TO, 31/12/2023

LUIZ CARLOS DA CONCEICAO
TITULAR
CPF: 028.649.611-99

WALLISON LOPES MEDEIROS
Reg. no CRC - TO sob o No. 006043
CPF: 048.522.641-39

T E R M O D E A B E R T U R A

Balanço Patrimonial

Número: 2 Folha: 1



Contém este balanço 4 folhas numeradas do No. 1 ao 4 emitidas através de processamento eletronico de dados, que servirá de Balanço Patrimonial da empresa abaixo descrita.

Nome da Empresa....: 40.307.945 LUIZ CARLOS DA CONCEICAO

Ramo.....: Outras atividades de recreação e lazer nao especificadas anteriomente

Endereço.....: R ANTONIO BELARMINO RIBEIRO NETO,S/N,CEP:77.819-224

Complemento.....: QUADRA 02 ; LOTE 15

Bairro.....: BARRA DA GROTA

Municipio.....: ARAGUAINA

Estado.....: TO

Inscrição no CNPJ..: 40.307.945/0001-75

Inscrição Estadual.:

Registro na junta..:

Inscrição Municipal:

ARAGUAINA-TO, 01/01/2024

LUIZ CARLOS DA CONCEICAO
TITULAR
CPF: 028.649.611-99

WALLISON LOPES MEDEIROS
Reg. no CRC - TO sob o No. 006043
CPF: 048.522.641-39

Empresa: **40.307.945 LUIZ CARLOS DA CONEICAO**
C.N.P.J.: **40.307.945/0001-45**
Balanço encerrado em: 31/12/2024

BALANÇO PATRIMONIAL

Código	Classificação	Descrição	Saldo Atual
1	**1**	**ATIVO**	**48.618,17D**
2	**1.1**	**ATIVO CIRCULANTE**	**33.124,94D**
3	**1.1.1**	**DISPONÍVEL**	**33.124,94D**
4	**1.1.1.01**	**CAIXA**	**33.124,94D**
5	1.1.1.01.001	CAIXA GERAL	33.124,94D
501	**1.2**	**ATIVO NÃO-CIRCULANTE**	**15.493,23D**
111	**1.2.3**	**IMOBILIZADO**	**15.493,23D**
118	**1.2.3.03**	**MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS**	**15.493,23D**
119	1.2.3.03.001	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	15.493,23D
149	**2**	**PASSIVO**	**48.618,17C**
242	**2.3**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**48.618,17C**
243	**2.3.1**	**CAPITAL SOCIAL**	**20.000,00C**
244	**2.3.1.01**	**CAPITAL SUBSCRITO**	**20.000,00C**
245	2.3.1.01.001	CAPITAL SOCIAL	20.000,00C
264	**2.3.5**	**LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS**	**28.618,17C**
265	**2.3.5.01**	**LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS**	**28.618,17C**
266	2.3.5.01.001	LUCROS ACUMULADOS	28.618,17C

RECONHECEMOS A EXATIDÃO DO PRESENTE BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2024 TOTALIZANDO NO ATIVO E PASSIVO: R$ 48.618,17 (quarenta e oito mil seiscentos e dezoito reais e dezessete centavos)

ARAGUAINA-TO, 31 de Dezembro de 2024

LUIZ CARLOS DA CONCEICAO
TITULAR
CPF: 028.649.611-99

WALLISON LOPES MEDEIROS
Reg. no CRC - TO sob o No. 006043
CPF: 048.522.641-39

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
102
FOLHAS

Empresa: **40.307.945 LUIZ CARLOS DA CONCEICAO**
C.N.P.J.: 40.307.945/0001-45



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2024

RECEITA BRUTA		
SERVIÇOS PRESTADOS	54.656,55	54.656,55
RECEITA LÍQUIDA		54.656,55
CMV		
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(21.862,62)	(21.862,62)
LUCRO BRUTO		32.793,93
DESPESAS OPERACIONAIS		(9.175,76)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
SERVIÇOS PRESTADOS POR TERCEIROS	(9.175,76)	(9.175,76)
RESULTADO OPERACIONAL		23.618,17
RESULTADO ANTES DO IR E CSL		23.618,17
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		23.618,17

ARAGUAINA-TO, 31 DE DEZEMBRO DE 2024

LUIZ CARLOS DA CONCEICAO
TITULAR
CPF:028.649.611-99

WALLISON LOPES MEDEIROS
Reg. no CRC - TO sob o No. 006043
CPF: 048.522.641-39

T E R M O D E E N C E R R A M E N T O

Balanço Patrimonial

Número: 2 Folha: 4



Contém este balanço 4 folhas numeradas do No. 1 ao 4 emitidas através de processamento eletronico de dados, que serviu de Balanço Patrimonial da empresa abaixo descrita.

Nome da Empresa....: 40.307.945 LUIZ CARLOS DA CONCEICAO

Ramo.....: Outras atividades de recreação e lazer nao especificadas anteriomente

Endereço.....: R ANTONIO BELARMINO RIBEIRO NETO,S/N,CEP:77.819-224

Complemento.....: QUADRA 02;LOTE 15

Bairro.....: BARRA DA GROTA

Municipio.....: ARAGUAINA

Estado.....: TO

Inscrição no CNPJ..: 40.307.945/0001-75

Inscrição Estadual.:

Registro na junta..:

Inscrição Municipal:

ARAGUAINA-TO, 31/12/2024

LUIZ CARLOS DA CONCEICAO
TITULAR
CPF: 028.649.611-99

WALLISON LOPES MEDEIROS
Reg. no CRC - TO sob o No. 006043
CPF: 048.522.641-39

ICOGESP
Instituto de Consultoria e Gestão Pública

certifique-se

CERTIFICADO

O Instituto de Consultoria e Gestão Pública - ICOGESP

Confere o (a)

Luiz Carlos da Conceição

portador(a) do CPF nº 817.850.031-00 , o presente certificado do Curso **"MASTER CLASS - IMERSÃO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS**, com o decreto de regulamentação e a implantação do plano de contratações anual – PCA na administração pú blica", ministrado pelo Prof. Genildo Gomes, realizado nos dias, 20, 21 e 22 de março de 2023, em **Araguaina - TO**, com **carga horária de 24 horas.**

Araguaina- TO, 22 de Março de 2023.

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
FOLHAS 105

Genildo Gomes
Professor

Lidiana Pereira Barros Côvalo
Lidiana Pereira Barros Côvalo
Administradora da ICOGESP

CONTEUDO PROGRAMATICO

MÓDULOS I – APLICAÇÃO, CONCEITOS E PRINCÍPIOS JURÍDICOS DAS LICITAÇÕES.

Aulas
1- Doâmbito da aplicação da nova lei de licitações e a lei complementar
2- Conceitos, Definições, Significados e Aplicação da Lei.
3- Os Princípios Jurídicos Licitatórios: Interpretação e aplicação prática.

MÓDULOS II- DOS AGENTES PÚBLICOS E AGENTES DA CONTRATAÇÃO

Aulas
1. A Gestão por Competência na licitação e contratação, de acordo com a lei.
2. A nomeação dos Agentes de Contratação, Pregoeiros e Comissão de Licitações.
3. O que está vedado ao Agente Públicadecidir no processo licitatório
4. A linha de defesa, o papel do Jurídico e do Controle Interno no processo licitatório e responsabilidades.

MÓDULOS III – GOVERNANÇA E GESTÃODE RISCOS NAS CONTRATAÇÕES.

Aulas
1. Objetivos do Processo Licitatório
2. Governança e Gestão de Riscos nas Contratações
3. Procedimentos obrigatórios a serem observados
4. A Publicidade do Processo

MÓDULOS IV - AS ME E EPP, OS CONSÓRCIOS E AS COOPERATIVAS NAS LICITAÇÕES.
Aulas
1. Quemestá impedido de participar dalicitação e da execução do objeto
2. As novas condições para as ME e EPP participarem das licitações
3. A participação de consórcios na licitação
4. A participação de cooperativa na licitação

MÓDULO V- A FASE DE PLANEJAMENTO DA LICITAÇÃO
Aulas
1. As fases do processo, a sequência obrigatória e a inversão dos procedimentos.
2. As amostras, a exigência de certificação e provas de conceitos.
3. As regras da licitação eletrônica e presencial

MÓDULO VI – Planejamento da Licitação I
Aulas
1. Caracterizações, compatibilização e considerações, técnicas, mercadológicas e de gestão.
2. Planejamento Estratégico e Planejamento Anual de Compras, Serviços e Obras.
3. A oficialização da demanda, os Estudos Técnicos Preliminares – ETP e seus elementos.
4. Comodesenvolver os Requisitos da Contratação como parte do ETP 30 min

MÓDULOS III- Planejamento da Licitação II
Aulas
1. A centralização dos procedimentos, o catálogo eletrônico, fiscalização eletrônica de obras e uso de modelos de TR, Editais e Contratos.
2. Os níveis de qualidade que a Administração podem atribuir nas suas compras e contratações
3. As hipóteses em que a Licitação poderá ser sometida à prévia consulta pública

MÓDULOS IV- Planejamento da Licitação III Aulas
1. A Elaboração do Termo de Referencia
2. O valor estimado, a Pesquisa de Preços nas contratações e o sigilo do valor estimado.
3. Comoelaborar amatriz de alocação de riscos como fazer a Gestão dos Riscos

MÓDULO V- Planejamento da Licitação IV Aulas
1. O Edital; compliance, licenciamento ambiental, reajuste, margem de preferencia.
2. Das Modalidades de Licitação: Pregão, Concorrência e Diálogo Competitivo.
3. Dos Critérios de Julgamento da proposta
4. Da garantia da proposta
5. Gestão da Qualidade nas Compras e Padronização.

MÓDULO VI – Os da Fase externa da Licitação e o Julgamento da Proposta Aulas
1. Publicação: O PNCP e os Sítios Oficiais
2. Das impugnações e dos pedidos de esclarecimento.
3. Da apresentação de propostas, os lances e os prazos.
4. Os modos de disputas: Pregão e Concorrência
5. O julgamento da proposta, a desclassificação, preços inexequíveis, desempate e a negociação.
6. Julgamento da Habilitação Jurídica; Técnica; fiscal, Social e trabalhista; econômico-financeira.
7. Os Recursos Administrativos e Reconsiderações
8. Encerramento da Licitação- Adjudicação, homologação, revogação e anulação.

MÓDULOS VII – A Instrução do Processo de Contratação Direta Aulas
1. A Instrução do Processo de Contratação Direta
2. As hipóteses Legais de Dispensa da Licitação.
3. As hipóteses Legais da Inexigilidade de Licitação

MÓDULO VIII- O Contrato e a Contratação- Aulas
1- Introdução ao Contrato Administrativo e a Formalização do Contrato
2- As cláusulas do contrato
3- Contratos de serviços continuados
4- Contratos de projetos ou serviços técnicos especializados
5- Contratação de atividade de pesquisa e desenvolvimento de caráter científico, tecnológico ou de inovação.
6- A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) como condição de eficácia do contrato
7- Sobre a obrigatoriedade do contrato
8- O Instituto da garantia do contrato
9- Daalocação de riscos contratuais
10- Das prerrogativas da administração
11- Da duração dos contratos

MÓDULO IX – As Funções e Responsabilidades de Gerenciar e Fiscalizar o Contrato Aulas
1. O papel do Gestor, do Fiscal administrativo e do Fiscal técnico do Contrato.
2. Termos aditivos e alteração dos contratos
3. Reajuste, repactuação e reequilíbrio financeiro dos contratos.
4. Das hipóteses de extinção dos contratos
5. Do recebimento do objeto e da declaração da qualidade do que foi entregue
6. Dos pagamentos
7. Da nulidade dos contratos
8. Docontrole das contratações
9. Do portal nacional de contratações públicas (PNCP)

MÓDULO X – Ainstrução do processo administrativo sancionador Aulas
1. A Instrução do processo, a apuração dos fatos e o devido processo legal
2. Dos meios alternativos de resolução de controvérsias – Mediação e Arbitragem
3. Das infrações esanções administrativas

MÓDULO XI- As novas regras para contratar obras e serviços de engenharia- a fase de planejamento

Aulas
01 - Conceito de Obras e Serviços de Engenharia e Serviços de Engenharia Comum 02- O PPA e o PAC de obras e serviços de engenharia
03- Análises da legislação específica de obras e serviços de engenharia
04- Programa de necessidade, o anteprojeto, o ETP e os requisitos da contratação de obras.
05- O projeto básico, o projeto executivo no planejamento da contratação.
06- O valor estimado na licitação de obras e serviços de engenharia 30 m
07- Edital, modalidade, exigências para fins de participação e para contratação e o certame e o procedimentos.
08 - Regimes de Execução: empreitada por preço unitário; empreitada preço global; empreitada integral.
09 - Contratação Integrada, semi-integrada, tarefas e fornecimento e prestação de serviço associado.
10- AContratação de obras por situação de emergência

MÓDULO XII- A Fase de Seleção do Fornecedor Aulas
01. A Proposta, o julgamento da proposta, a desclassificação, preços inexequíveis, desempate e a negociação.
02. As exigências e julgamento da Habilitação Jurídica; fiscal, Social e trabalhista.
03. As exigências e julgamento da Habilitação Técnica e Econômico-Financeira.

MÓDULO XIII- A Fase de Contratação e Execução. Aulas
1. A Formalização do Contrato: as exigências, ordem de execução e prazos de inicio.
2. A nomeação do preposto da contratante e o preposto da contratada
3. Alterações contratuais
4. Reajuste e reequilíbrio econômico e financeiro do contrato
5. Entrega erecebimento da obra eserviço de engenharia
6. Contratação de remanescente de obras

MÓDULO XIV- OS PROCEDIMENTOS AUXILIARES DA LICITAÇÃO

Aulas
1. O Credenciamento
2. A Pré-qualificação
3. O Procedimento de manifestação de interesse
4. O Sistema de registro de preços
5. O Registro Cadastral: o SICAF como solução para a competividade nos pequenos municípios

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
FOLHAS 106

ESTADO DO TOCANTINS

PREFEITURA DE ARAGOMINAS
Um novo Tempo, uma nova História

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
107
FOLHAS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para os devidos fins de direito, que a empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, declaramos que a empresa está apta a executar a prestação de serviços de assessoria junto a comissão de contratação e pregoeiro oficial na elaboração de contratos administrativos e acompanhamento das licitações nas diversas modalidades e o acompanhamento da alimentação e envio das informações dos processos licitatórios no Sicap/Lco, em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir as necessidades junto a nossa Secretaria Municipal de Administração, em virtude da demanda existente, dentro dos termos pactuado no contrato de prestação de serviços nº 014/2025, proveniente da Dispensa de Licitação nº 008/2025.

Não temos fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho, cumprem com suas obrigações, não havendo objeção quanto à qualidade da prestação de serviços acima citado.

Aragominas - TO, 23 de Dezembro de 2025.

FRANCISCO RODRIGUES:86149032191

Assinado de forma digital por FRANCISCO RODRIGUES:86149032191
Dados: 2025.12.23 13:09:40 -03'00'

FRANCISCO RODRIGUES
Prefeito Municipal

NFSe Nota Fiscal de Serviço eletrônica

DANFSe v1.0
Documento Auxiliar da NFS-e

MUNICÍPIO DE ARAGUAINA
Secretaria Municipal da Fazenda
(63)3412-5572
diretoria-tributos.sefaz@araguaina.to.gov.br

Chave de Acesso da NFS-e
17021092240307945000175000000000025251220385642 34

Número da NFS-e 25	**Competência da NFS-e** 01/12/2025	**Data e Hora da emissão da NFS-e** 01/12/2025 10:37:45	
Número da DPS 34	**Série da DPS** 900	**Data e Hora da emissão da DPS** 01/12/2025 10:37:45	A autenticidade desta NFS-e pode ser verificada pela leitura deste código QR ou pela consulta da chave de acesso no portal nacional da NFS-e

EMITENTE DA NFS-e

Prestador do Serviço

CNPJ / CPF / NIF 40.307.945/0001-75	**Inscrição Municipal** -	**Telefone** (63) 9135-8504	
Nome / Nome Empresarial 40.307.945 LUIZ CARLOS DA CONCEICAO		**E-mail** LUIZCARLOSDCONCEICAO31@GMAIL.COM	
Endereço ANTONIO BELARMINO RIBEIRO NETO, SN, BARRA DA GROTA		**Município** Araguaína - TO	**CEP** 77819-224
Simples Nacional na Data de Competência Optante - Microempreendedor Individual (MEI)		**Regime de Apuração Tributária pelo SN** -	

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
108
FOLHAS

TOMADOR DO SERVIÇO

CNPJ / CPF / NIF 25.063.884/0001-54	**Inscrição Municipal** -	**Telefone** (63) 3463-1210	
Nome / Nome Empresarial MUNICIPIO DE ARAGOMINAS		**E-mail** prefeituradearagominas@gmail.com	
Endereço MARINOPOLIS, 44, CENTRO		**Município** Aragominas - TO	**CEP** 77845-000

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-e

SERVIÇO PRESTADO

Código de Tributação Nacional 17.23.01 - Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, ca...	**Código de Tributação Municipal** -	**Local da Prestação** Aragominas - TO	**País da Prestação** -

Descrição do Serviço
Prestação de serviços de assessoria junto a comissão de contratação e pregoeiro oficial na elaboração de contratos administrativos e acompanhamento das licitações nas diversas modalidades e o acompanhamento da alimentação e envio das informações dos processos licitatórios no Sicap/Lco, em conformidade com a lei e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, referente ao mês de NOVEMBRO DE 2025.

TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL

Tributação do ISSQN Operação Tributável	**País Resultado da Prestação do Serviço** -	**Município de Incidência do ISSQN** Araguaína - TO	**Regime Especial de Tributação** Nenhum
Tipo de Imunidade -	**Suspensão da Exigibilidade do ISSQN** Não	**Número Processo Suspensão** -	**Benefício Municipal** -
Valor do Serviço R$ 4.200,00	**Desconto Incondicionado** -	**Total Deduções/Reduções** -	**Cálculo do BM** -
BC ISSQN -	**Alíquota Aplicada** -	**Retenção do ISSQN** Não Retido	**ISSQN Apurado** -

TRIBUTAÇÃO FEDERAL

IRRF -	**CP** -	**CSLL** -	
PIS -	**COFINS** -	**Retenção do PIS/COFINS** -	**TOTAL TRIBUTAÇÃO FEDERAL** -

VALOR TOTAL DA NFS-E

Valor do Serviço R$ 4.200,00	**Desconto Condicionado** R$	**Desconto Incondicionado** R$	**ISSQN Retido** -
IRRF, CP,CSLL - Retidos R$ 0,00	**PIS/COFINS Retidos** -		**Valor Líquido da NFS-e** **R$ 4.200,00**

TOTAIS APROXIMADOS DOS TRIBUTOS

Federais	Estaduais	Municipais
-	-	-

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
109
FOLHAS

ORDEM DE SERVIÇO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

Pela presente ordem de serviços a Câmara Municipal de Campos Lindos - TO, através de seu Vereador Presidente o Senhor ELIAQUIM FERREIRA MENDONÇA, AUTORIZA o início da prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente, junto a empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, adjudicatária da licitação na modalidade de Dispensa de Licitação n.º 010/2026.

Integram e completam a presente ordem de serviços, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas neste Processo de Dispensa de Licitação n.º 010/2026.

A presente ordem de serviços rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021 e legislação pertinente e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Campos Lindos - TO, ao 01 dia do mês de Abril de 2026.

Eliaquim Ferreira Mendonça
Vereador Presidente

ESTADO DO TOCANTINS
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS-TO
PODER LEGISLATIVO
FONE: (63) 3484 1180
E-MAIL: camaramunicipaldecamposlindos@gmail.com
GESTÃO: 2026 - UM LEGISLATIVO FORTE

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO
110
FOLHAS

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 010/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2026.

O Agente de Contratação da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a artigo 175 da Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

D E C L A R A:

Para fins de direito, que foi feita a Publicação do contrato de prestação de serviços nº 016/2026 e da dispensa de licitação nº. 010/2026, que teve como objetivo e a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, destinado a suprir a necessidade junto a este Poder Legislativo Municipal Campos Lindos - TO, em virtude da demanda existente, junto a empresa LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO - ME, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75, estabelecida na Rua Antônio Belarmino Ribeiro Neto s/n, Quadra 02, Lote 15, CEP: 77.819-224, Setor Barra da Grota, no Município de Araguaína - TO, foi devidamente Publicado no Site Oficial da Câmara Municipal: www.camposlindos.to.leg.br, e Placard Oficial deste Poder Legislativo Municipal de Campos Lindos - TO, e no lugar de costume conforme previsto na Lei Federal nº 14.133 de 01 de Abril de 2021.

Sala da Comissão de Contratação da Câmara Municipal de Campos Lindos, Estado do Tocantins, ao 01 dia do mês de Abril de 2026.

Ver. Clailton Soares Machado
Agente de Contratação

ELIAQUIM FERREIRA MENDONCA: 03302519109 Assinado de forma digital por ELIAQUIM FERREIRA MENDONCA:03302519109

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Edição N°021

Conforme Projeto de Resolução Nº: 003 de 15 de abril de 2024

Câmara Municipal de Campos Lindos

ANO MMXXIV | Campos Lindos, 10 de abril de 2026 | Número: 021

SUMÁRIO

EXTRATO 04

01 - **EXTRATO DO CONTRATO E DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.**
02 - **EXTRATO DO CONTRATO E DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2026.**
03 - **EXTRATO DO CONTRATO E DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026.**
04 - **EXTRATO DO DISTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 011/2026**

CÂMARA MUN. DE CAMPOS LINDOS-TO 111 FOLHAS

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS LINDOS - TO.

EXTRATO DO CONTRATO E DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2026.

Contrato de Fornecimento nº 016/2026.
Contratante: Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.
Contratada: Luiz Carlos da Conceição - Me, inscrita no CNPJ: 40.307.945/0001-75
Objeto: Contratação de empresa para executar a prestação de serviços na elaboração do plano de contratação anual - PCA para o ano de 2027, o envio e protocolo junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o exigido junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.
Valor Global R$: 13.000,00 (Treze mil reais) brutos.
Base Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

EXTRATO DO CONTRATO E DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2026.

Contrato de Fornecimento nº 017/2026.
Contratante: Câmara Municipal de Campos Lindos - TO.
Contratada: Instituto Educacional Pereira Martins Ltda - Me, inscrito no CNPJ: 32.583.233/0001-50.
Objeto: Contratação de empresa para executar a prestação de serviços especializados para ministrar curso de informática básico para o manuseio de computadores, organização de arquivos, uso da internet e ferramentas de escritório (Word, Excel, PowerPoint) para capacitação de 30 (trinta) pessoas, divididos entre servidores e vereadores, com carga horaria de 40 horas, no qual serão divididas em 13 (Treze) aulas presenciais.
Valor Global R$: 12.000,00 (Doze mil reais) brutos.
Base Legal: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021.